



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE
PRODUÇÃO**

Ester Eloisa Addison

**A PERCEPÇÃO AMBIENTAL DA POPULAÇÃO DO
MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS EM RELAÇÃO À CIDADE.**

Dissertação de Mestrado

FLORIANÓPOLIS

2003

ESTER ELOISA ADDISON

**A PERCEPÇÃO AMBIENTAL DA POPULAÇÃO DO
MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS EM RELAÇÃO À CIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Engenharia de Produção.

Orientador: Prof. Harrysson Luiz da Silva, Dr.

FLORIANÓPOLIS

2003

ESTER ELOISA ADDISON

**A PERCEPÇÃO AMBIENTAL DA POPULAÇÃO DO
MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS EM RELAÇÃO À CIDADE**

Esta Dissertação foi julgada e aprovada para a obtenção do grau de **Mestre em Engenharia de Produção** no **Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção** da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, março de 2003.

Prof. Edson Pacheco Paladini, Dr.
Coordenador

Prof. Harrysson Luiz da Silva, Dr.
Orientador

Prof. Adriana de Medeiros, Dr^a.
Banca Examinadora

Prof. Elaine Ferreira, Dr^a.
Banca Examinadora

DEDICATÓRIA

À MÃE NATUREZA.

Ao meu marido Walcir, pelo apoio incondicional,
incentivo, compreensão e dedicação permanente em
minha vida, principalmente nesse período.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Edgar Augusto Lanzer, pela oportunidade ao ter-me dado o seu aceite para assim poder realizar o trabalho que desejei.

Ao professor Harrysson, meu orientador, pelos ensinamentos, apoio e colaboração na realização deste trabalho.

Ao professor Hélio Costa (in memoriam), pelos ensinamentos, incentivo e companheirismo na luta pela preservação do meio ambiente.

Ao meu colega de trabalho Paulo Tavares, pelo companheirismo e pela orientação na elaboração da pesquisa.

Às professoras Elaine Ferreira e Adriana de Medeiros, que gentilmente aceitaram compor a banca examinadora.

À Universidade Federal de Santa Catarina, professores e servidores técnico-administrativos do Departamento do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção e Sistemas, pela oportunidade de estudar nesta instituição de ensino gratuita e pelo acolhimento recebido.

Aos meus colaboradores Zarif e Fernando, sempre prestativos, os quais muito me auxiliaram com a aplicação das entrevistas e digitação.

A todos os colegas de estudo, os quais, muitos se constituíram em grandes amigos, principalmente em torno de um mesmo tema: a defesa do meio ambiente. Nunca se esqueçam: como dizia Drumond “Não nos dispersemos, vamos de mãos dadas”.

A visão do Éden

“Do mirante do Morro da Lagoa se descortina a mais bela paisagem natural do planeta, percebe-se a revelação: a ilha é Mulher. Cheia de curvas, com seios e ancas. Surpresa: dois umbigos, a Lagoa da Conceição e a do Peri. Mulher bonita, de dorso verde e dourado, costões sensuais, promissoras reentrâncias, praias abertas, coxas hospitaleiras e sexo híbrido: varonil como um promontório, sensual como ondas rebrilhando ao sol”.

(Sérgio da Costa Ramos, Escritor e Jornalista Catarinense)

“São muitas cidades contidas numa só. São fragmentadas da Desterro antiga, descobertas com espanto, ao se cruzar uma rua; é a ilha dos ventos. Alguns são algozes, outros caprichosos e moleques. O vento sul! Vento Largo, obstinado, que desconhece segredos e que tudo varre e despenteia e destelha e desconcerta. - Mas é amado como enfeitado emblema”.

(Rodrigo de Haro, Escritor e Artista Plástico Catarinense)

“Tu sacas minha idade ou é fantasia? Ao invés de envelhecer eu fico nova! Pois o cimento me cobre todo o dia e a memória é assim, não se renova. Hoje estou triste... Ah! Meu caro, como eu era linda com Martinho de Haro: o Mira-Mar, um outro tempo perto do Mercado. O casario, fachadas e o passado, colorido para quem passasse, a Catedral antiga em sua integridade era outra visão lírica da cidade sem esses prédios feios em minha face”.

(Osmar Pisani, poeta catarinense)

“A minha ilha tem gosto de pau d’água e lírio do brejo. Aroma úmido da maresia de que é feita minha alma inquieta, renovada a cada vento sul, embalada pelo canto da fala ligeira do meu povo em sua farra. Fogo fátuo, brilhante rodopia envolvendo em mistério a minha ilha.

Na madrugada o boi-de-mamão dança em cada casa antiga que restou”.

(Vera Sabino, Pintora e Desenhista Catarinense)

Até os 13 anos de idade eu vi Florianópolis. Após a perda da minha visão, consegui acompanhar, de alguma forma, as mudanças que se processaram, e ainda conservo imagens antigas. A principal característica da minha cidade é a simplicidade e generosidade do seu povo. Na minha opinião, as belezas naturais são ímpares no Brasil”.

(Adilson Ventura, Pedagogo Catarinense)

(ABREU, 2001)

RESUMO

ADDISON, Ester Eloisa. **A percepção ambiental da população do município de Florianópolis em relação à cidade.** 2003. 151f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Fundamentado em estudos realizados em geografia da percepção e do comportamento humano, o presente trabalho teve como objetivo precípuo verificar a percepção ambiental da população de Florianópolis em relação à sua cidade no sentido de servir de subsídio para os órgãos de planejamento urbano do município.

As administrações públicas municipais, em geral, apresentam um desequilíbrio quanto aos resultados alcançados em suas gestões. Em algumas áreas conquistam um reconhecimento considerável, enquanto que outras, apresentam significativas deficiências. Em muitos casos, essas deficiências têm origem na relação existente entre a percepção ambiental dos órgãos de planejamento urbano e a da população.

A pesquisa foi constituída de um levantamento preliminar de coleta de dados da população representativa de todos os bairros do município de Florianópolis, através de entrevistas pessoais. Tal procedimento permitiu verificar a percepção ambiental da população, o que permite contribuir para a elaboração de um planejamento municipal sustentável, visando sempre ao atendimento dos anseios de toda a população da cidade.

Palavras-chave: percepção ambiental, planejamento urbano, planejamento sustentável.

ABSTRACT

ADDISON, Ester Eloisa. **A percepção ambiental da população do município de Florianópolis em relação à cidade.** 2003. 151f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Based on studies carried out in geography of the perception and the human behavior, the present work had as a main objective to verify the ambient perception of the population of Florianópolis in what concerns the city aiming to serve as subside for the city of urban planning agencies. City public administrations usually present an unbalance as to the results achieved during each management. Some areas achieved considerable acknowledgment, while others present significant deficiencies. In many cases, such deficiencies emerge from the existing relation between the ambient perception of urban planning agencies and that of the population. The research comprehends a preliminary survey for collecting data on the representative population of Florianópolis neighborhoods by means of personal interviews. Such procedure made it possible to survey the ambient perception of the population which contributes for the elaboration of a sustainable city planning with the aim of responding to the population yearnings as well.

Keys-word: ambient perception, urban planning, sustainable planning.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: População por bairro	66
Gráfico 2: Percentual de idade dos entrevistados.....	67
Gráfico 3: Gênero dos entrevistados	68
Gráfico 4: Grau de instrução dos entrevistados	69
Gráfico 5: Categoria profissional dos entrevistados	70
Gráfico 6: Procedência dos entrevistados	71
Gráfico 7: A vida em Florianópolis	73
Gráfico 8: O que lembra Florianópolis	74
Gráfico 9: A percepção durante o dia na cidade de Florianópolis	75
Gráfico 10: A percepção durante a noite na cidade de Florianópolis	76
Gráfico 11: Definição de cidade	77
Gráfico 12: Percepção através da travessia das pontes – sentido	
ilha-continente	78
Gráfico 13: Percepção através da travessia das pontes – sentido	
continente-ilha	79
Gráfico 14: O que mais gosta no bairro onde mora	80
Gráfico 15: O que menos gosta no bairro onde mora	81
Gráfico 16: Definição de bairro	82
Gráfico 17: Percepção das mudanças ambientais no bairro.....	83
Gráfico 18: Os limites do seu bairro.....	84
Gráfico 19: Onde fica o norte?.....	86

Gráfico 20: Percentual de desirabilidade	92
Gráfico 21: Por que razão gosta de outro bairro	93
Gráfico 22: Percentual de não desirabilidade	94
Gráfico 23: Por que razão não gosta do referido bairro	95

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS	8
CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO	14
1.1 Apresentação do tema	14
1.2 Problemática	16
1.3 Objetivos	16
1.3.1 Objetivo Geral.....	16
1.3.2 Objetivos Específicos.....	17
1.4 Objeto de pesquisa.....	17
1.5 Descrição do objeto da pesquisa	18
1.5.1 Aspectos físicos.....	18
1.5.2 Aspectos históricos.....	21
1.5.3 Aspectos urbanos	24
1.6 Problemas de pesquisa.....	30
1.7 Justificativa e motivação	30
1.7.1 Aspectos pessoais.....	30
1.7.2 Aspectos organizacionais	31
1.7.3 Aspectos sociais	32
1.7.4 Aspectos acadêmicos	33
1.8 Limitações do trabalho.....	33
1.9 Design e perspectiva da pesquisa	34

1.10 Estrutura do trabalho	35
CAPÍTULO II - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	36
2.1 Análise dos Estudos Realizados em Geografia da Percepção e do	
 Comportamento Humano	36
2.1.1 Percepção Espacial	37
2.1.2 Imagem Ambiental	41
2.1.3 A Imagem da Cidade e seus Elementos	42
2.1.4 A Elaboração da Imagem	46
2.1.5 Mapas Mentais.....	48
2.1.6 O Senso de Lugar.....	49
2.1.7 Valores Ambientais	50
2.1.8 Topofilia	51
2.1.9 Aspectos da Desirabilidade Residencial	52
2.1.10 Imagens e Planejamento Urbano.....	52
CAPÍTULO III – METODOLOGIA	55
3.1 Caracterização da Pesquisa	55
3.2 Procedimentos Metodológicos.....	58
3.2.1 Revisão Bibliográfica	58
3.2.2 Definição da Amostra e de suas Unidades	59
3.2.3 Elaboração do Instrumento de Coleta de Dados.....	62
3.2.4 Pré-Teste do Instrumento de Coleta de Dados	63
3.2.5 Instrumento Definitivo de Coleta de Dados.....	63
3.2.6 Aplicação do Instrumento de Coleta de Dados	64
CAPÍTULO IV - APRESENTAÇÃO, ANÁLISE DESCRITIVA E DISCUSSÕES	
DOS RESULTADOS	65

4.1 Análise dos Dados Sócio-Biográficos da População	65
4.1.2 Percepção e Imagem da Cidade pela População	71
4.1.2.1 Análise da Percepção e da Imagem da Cidade	72
4.1.3 Percepção e Imagem do Bairro pela População	80
4.1.4 Análise dos Mapas Mentais da População.....	85
4.1.5 Topofilia e Desirabilidade Residencial	89
4.2 A Percepção dos Órgãos de Planejamento Urbano de Florianópolis.....	95
4.2.1 Primeiro Plano Diretor de Florianópolis.....	96
4.2.2 O Segundo Plano de Diretor de Florianópolis	99
4.2.3 O Terceiro e último Plano Diretor do Município.....	103
4.3 A Percepção da População de Florianópolis	109
4.4 Discussão dos Resultados da Pesquisa.....	111
4.4.1 A Magia da Cidade	111
4.4.2 A Percepção do Bairro	112
4.4.3 A Desirabilidade.....	112
4.4.4 A Topofilia.....	113
4.4.5 O Poder de Articulação	113
4.4.6 A Relação de Percepção	114
CAPÍTULO V - CONCLUSÕES E SUGESTÕES.....	115
5.1 Conclusão	115
5. 2 Recomendações Finais	116
5.1.1 Recomendações para o Poder Público.....	116
5.1.2 Recomendações para Trabalhos Futuros	120
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	122
BIBLIOGRAFIA.....	126

APÊNDICE129

ANEXOS134

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação do tema

Pelas características singulares de sua história, política, sociedade e economia, a cidade de Florianópolis tem sido objeto de numerosos estudos nas mais diferentes áreas do conhecimento científico.

Os problemas da percepção do espaço há muito vêm interessando geógrafos e urbanistas. No campo da Geografia Urbana e da Arquitetura e Urbanismo, trabalhos têm sido realizados e aplicados ao planejamento urbano das cidades. Contudo, as abordagens e as metodologias que os acompanham estão, muitas vezes, impregnadas de uma perspectiva analítica que via de regra visam a uma política de ordenamento espacial que nem sempre vai ao encontro dos anseios e das necessidades do contingente urbano.

O trabalho a que nos propomos não visa somente o meio urbano em si, mas uma compreensão da construção da realidade urbana com implicações na vida pessoal e social de seus habitantes, com reflexos no comportamento e na percepção sobre a cidade de Florianópolis.

É importante salientar um equívoco que costuma ocorrer quando se fala em percepção, uma vez que o termo é comumente entendido como sinônimo de conhecimento, o que não pode ser uma vez que a percepção é a distinção de uma forma sobre um fundo, ou seja, um processo psicológico; e conhecimento é um processo epistemológico.

Os aspectos de imaginabilidade resultantes, o relacionamento ambiental e a topofilia, ou sentimento de envolvimento com determinados locais, expressam a relação do homem com o seu meio ambiente.

Com relação aos valores, atitudes e juízos subjetivos, os mesmos serão expressos em mapas mentais que vislumbrarão características com a desirabilidade residencial (auto-escolha do local para moradia), e a topofilia. Essa escolha é função dos aspectos aprasivos e designativos da imagem e da alocação de recursos financeiros do planejamento.

Os autores fundamentais para o desenvolvimento dessa pesquisa na perspectiva da Geografia e da Arquitetura ressaltam a importância do conhecimento espacial, assim, utilizaremos as prerrogativas científicas de Kevin Lynch, Ray Hudson e Douglas Pocock, além das contribuições de Jean Piaget, Yi Fu Tuan, Kevin Cox e outros.

O termo “imagem”, usado na Geografia difere do uso corrente na Psicologia, pois para o geógrafo a imagem é um tipo de objeto resultante da relação entre o meio e o homem em um estrito senso de espontaneidade. Para elucidar essas imagens e compará-las com o mundo real usamos, freqüentemente, os mapas mentais, sendo que esses são componentes de um processo que resulta na expressão de objetos percebidos, os quais são a expressão da relação do sujeito com o meio urbano.

1.2 Problemática

Fica evidente a necessidade de estudos de percepção para melhor compreender a realidade urbana e seus habitantes como indicadores de planejamento, utilizando-se de critérios que propiciem a participação da população, bem como a análise comportamental da mesma, a partir das relações com o meio urbano.

Constatamos também, que sendo reduzida a bibliografia, as contribuições com base nesse enfoque teórico são importantes para entender a evolução espacial e social da cidade na tentativa de elaborar subsídios para o poder público, que ao se envolver com o bem-comum, fornece-lhe condições para uma política de planejamento voltada aos interesses da população.

Portanto, a presente pesquisa delimita-se ao estudo da percepção ambiental urbana, no caso, do município de Florianópolis.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

O objetivo geral desta pesquisa é verificar qual a percepção ambiental que a população do município de Florianópolis tem em relação à sua cidade.

1.3.2 Objetivos Específicos

Pretendeu-se, também, a fim de alcançar o objetivo geral, atingir os seguintes objetivos específicos:

- Identificar a compreensão espontânea e a referência dos cidadãos sobre a cidade de Florianópolis;
- Identificar o sentimento tofílico da população de Florianópolis em relação à cidade e ao seu bairro;
- Identificar qual é a aspiração da população da cidade de Florianópolis para uma desirabilidade melhor;
- Identificar qual ou quais as áreas não desejáveis da cidade de Florianópolis.

1.4 Objeto de Pesquisa

Os estudos científicos realizados dentro da linha metodológica da percepção e do comportamento são variados, com metodologias diferentes para cada estudo, via de regra os resultados obtidos se aproximam dos seus objetivos.

Por essa razão, as referências verificadas nos trabalhos realizados enriquecem o escopo metodológico desta pesquisa, colaborando para o entendimento da relação ambiental. As pesquisas até agora realizadas não se voltaram para o planejamento urbano, sendo esse, o objeto desta pesquisa.

1.5 Descrição do Objeto da Pesquisa

1.5.1 Aspectos Físicos

A cidade de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, tem como sítio urbano a Ilha de Santa Catarina, situada geograficamente entre os paralelos 27°10' e 27°50' de latitude sul, e entre os meridianos 48° 25' e 48°35' de longitude a oeste de Greenwich.

A área total do município é de mais ou menos 436,5 km², e está dividida em duas porções de terra, a maior na Ilha de Santa Catarina, com 424,4 km², com 54 km no sentido norte-sul e 18 km no sentido leste-oeste, e outra porção em área continental com 12,1 km², separados por um estreito de 500 m de largura.

A parte continental da cidade limita-se ao sul e leste com o oceano atlântico e a oeste com o município de São José.

A ilha de Santa Catarina é de forma alongada, possui 54 km de direção na extensão norte-sul e 18 km na direção leste-oeste na sua parte mais extensa. Apresentando um contorno bastante recortado e acidentado é separada por um estreito de cerca de 500 metros, o qual a separa do continente.

Florianópolis possui em seu cenário natural, praias, promontórios, costões, restingas, manguezais e dunas. Sua morfologia é descontínua, formada por cristais montanhosos que chegam a 532 metros de altitude no morro do Ribeirão da Ilha.

A estrutura física da ilha de Santa Catarina é considerada um dos elementos preponderantes na consecução do planejamento urbano, uma vez que é considerada como uma deficiência marcante na implementação de muitas medidas saneadoras, devido à ocupação intensa e desordenada.

Nos aspectos geológicos, a ilha possui um arcabouço estrutural cristalino granito gnáissico com intrusão de lavas posteriores, que lhe dão uma base no qual apóiam-se as formações recentes de sedimentação marinha.

Apresenta-se em uma estrutura montanhosa com altitudes de aproximadamente 400 a 500 metros. Essas formações são descontínuas e orientadas na direção norte-nordeste e sul-sudeste, apresentando morros isolados e intercalados com pequenas planícies.

As áreas ocupadas pela população são, principalmente, de maciços cristalinos e terrenos sedimentados recentemente. Em uma parte da ilha ocorre uma pequena planície de forma triangular que se projeta para o continente, a qual é o núcleo da cidade, formando um braço que divide as duas baías e as separam do continente.

Essa planície de composição predominantemente argilosa e com locais de deposição flúvio marinha foram dissecadas por pequenos rios e regatos.

Tal aspecto geomorfológico sugere a existência de um arquipélago, originado pelo afogamento de ramificações litorâneas das serras cristalinas, que posteriormente ligadas pela sedimentação marinha, teriam chegado ao estágio atual. A ilha apresenta um perfil dessimétrico para o lado do continente, onde o declive é menos acentuado, sendo mais freqüente as planícies constituídas por terrenos argilosos.

Aparecem, completando o quadro físico da paisagem um conjunto de colinas que, raramente, ultrapassam os 25 metros, delimitando áreas planas. A parte oeste é urbanizada e constituída por um conjunto de planícies e pequenas colinas.

Na ilha, vertem para as baías interiores pequenos rios dentre os quais destacamos: Rio Ratones, Rio Itacorubi e Rio Tavares. Para o lado do oceano

atlântico o declive é íngreme, as planícies têm lugar em uma importante acomodação de areias em formação de dunas e praias muito extensas, tais como Praia Grande e Moçambique, represando a Lagoa do Peri.

Na parte insular, a leste da planície, um conjunto de morros em formação contígua recebe o nome de Morro da Cruz, o qual atravessa a cidade na direção norte-sul.

Na parte localizada próximo ao bairro do Itacorubi, existe uma planície de terrenos sedimentares recentes, ocupados em parte por uma vegetação de manguezal.

Os principais acidentes geográficos são as ilhas costeiras e as elevações de proeminência como o Morro da Cruz e do Ribeirão. As características climáticas são bem acentuadas, com clima mesotermal, segundo Köppen. Apresenta uma temperatura média anual elevada de 20,5°, com chuvas abundantes regularmente distribuídas. A ação dos ventos desempenha um papel importante no clima local, sendo mais freqüente os ventos do quadrante norte.

Devido à sua posição geográfica, a ilha de Santa Catarina desempenhou e continua a desempenhar, ao longo de sua história, um papel fundamental, estratégia para o *Cone Sul* do continente Sul Americano. Foi ela que abriu o Atlântico Sul para a sua ocupação européia e, ademais, toda essa área continental latino-americana, e sua conexão com a costa do Oceano Pacífico (PEREIRA, 2002).

Com essa estrutura física, Florianópolis, cujo território é composto de aproximadamente 50% de área de preservação permanente, sofre constantemente ocupações irregulares, as quais desencadeiam problemas dos mais diversos tanto na área ambiental, como social e econômica. Os limites impostos por essa insularidade, uma das responsáveis pela diversidade de ambientes, mas também

pela fragilidade desses, formam o atual quadro de degradação ambiental, sendo em algumas áreas, irreversível.

1.5.2 Aspectos Históricos

A parte insular da cidade tem ligação com o continente pelas pontes Colombo Sales, construída em 1974 e Pedro Ivo Campos, construída em 1992.

A ilha de Santa Catarina foi denominada pelos primitivos habitantes aborígenes como Y-Jurerê-Mirim, que significa: “boca pequena de água”, referindo-se ao estreito que separa a ilha do continente. Esses indígenas eram Carijós e por sua docilidade deram assistência a muitos navegadores que por aqui passaram. A decisão de fundar Florianópolis e a escolha do lugar obedeceram a necessidade histórica da defesa da fronteira sul do Brasil colonial. Dentre as etapas do desenvolvimento histórico, podemos citar, segundo Pauli (1973), as fases de povoamento e seus elementos norteadores para a implantação da cidade de Florianópolis:

1. A primeira etapa da colonização e povoamento vai desde a descoberta de 1500 até 1629, data dos primeiros sinais do processo de povoamento bandeirante. É nessa fase que a ilha já possuía uma função geoestratégica, sendo abordada pelos navegadores a caminho do Prata, com algumas tentativas espanholas de ocupação;

2. A segunda fase inicia-se em 1629 indo até 1645, essa é considerada a parte mais bravia, na qual os bandeirantes saíam a coletar silvícolas. A

ilha já possuía entrepostos de manutenção de frotas e do pessoal nativo. Nessa fase também ocorreram alguns acidentes com jesuítas;

3. A terceira fase, que vai de 1645 a 1673 é considerada uma época em que o povoamento começara a se tornar definitivo, sendo mencionada a empresa do Capitão Antônio Leitão e o Cruzeiro de 1651;

4. Na quarta etapa, de 1673 a 1687, ocorre o início da fundação definitiva da Empresa Agrícola de Francisco Dias Velho, que vende a ação de piratas sem exterminar os moradores da região;

5. Na quinta e última etapa, a qual vai de 1687 a 1726, estabelece-se a colonização definitiva.

A preocupação do governo lusitano ao colonizar o Brasil foi de explorar suas riquezas. A colonização, inicialmente vicentista, e posteriormente açoriana, modelaram a cidade com uma ocupação característica, em se observa na formação e mudanças de estrutura espacial interna da cidade.

Vários foram os colonizadores e navegadores que por aqui passaram. Em 1514, chegou a Florianópolis Cristóvão de Haro e Dom Manuel, os quais batizaram a ilha de “Ilha dos Patos”. Em 1515, a esquadra de João Dias Solis, piloto mor da Espanha, que vinha para o Prata, batizou a área de “Isla de los Perdidos”. O bandeirante paulista Francisco Dias Velho, em 1673, enviou seu irmão, José Dias Velho, que consigo levou mais de cem índios. Sob a invocação de Nossa Senhora do Desterro, três anos mais tarde obtinha a doação de terras de culturas na ilha.

Com o estabelecimento do Tratado de Tordesilhas, Martim Afonso de Souza, percorreu o litoral catarinense tomando posse para a coroa portuguesa. Em 1687, Francisco Dias Velho apreendeu uma determinada embarcação. Um ano depois, piratas retornaram destruindo a vila e matando o colonizador. Com a morte de Dias Velho, seu empreendimento agrícola foi abandonado devido à deserção da maioria dos moradores.

Entretanto, em 1720, ao realizar uma correção, o Ouvidor Rafael Pires Pinho encontrou 27 casas na ilha e no continente fronteiriço. Em 26 de março, a ilha é elevada à categoria de Vila por Carta Régia, na correção de Antônio Alves Lanhas Peixoto. O primeiro Capitão Mor da ilha foi Sebastião Rodrigues de Bragança. Florianópolis foi desmembrada de Laguna em 10 de abril de 1720. Elevada à categoria de cidade pela Carta de Lei de 20 de março de 1823. Toma a denominação atual a partir da lei estadual de 11 de outubro de 1894 em homenagem ao Presidente Floriano Peixoto.

Em 1777, a ilha foi invadida pelos espanhóis comandados por Don Pedro de Zebalos, sendo posteriormente devolvida a Portugal pelo tratado de Santo Ildefonso. A partir daí, vários movimentos políticos aconteceram na Ilha de Santa Catarina, principalmente, nos grandes momentos da nação, como na Independência do Brasil, em que foi governada por uma junta provisória. Nessa época, a população da cidade de Desterro era de 15.553 pessoas.

No ano de 1884, dava-se início, organizadamente, na cidade de Desterro, a campanha abolicionista. Episódios de grande movimentação social ficavam no campo político. Dessa forma, eram de total desconhecimento da população, além dos aspectos administrativos decorrentes de planejamentos para a cidade.

Atualmente, é Florianópolis, sede do município homônimo, na qual seus habitantes recebem o patronímio de florianopolitanos. No último senso do IBGE constatou-se que a população do município está prevista em 342.315 habitantes.

Como parte continental da cidade temos o distrito do Estreito, importante núcleo de concentração da população.

A área da pesquisa situa-se em 71 unidades de observação que podem ser denominadas de bairros ou localidades, perfazendo um total de 243.959 habitantes, uma vez que a pesquisa se dará somente com cidadãos acima de 18 anos de idade.

A cidade possui um mote para promover a sua imagem e o seu potencial turístico conceituada como “a ilha da magia” (SETUR).

Como um caleidoscópio cultural, político e administrativo do Estado é um centro atrativo em atividades culturais e administrativas, além dos serviços complexos, a mesma, dentro desse contexto geral, configura-se com intensas relações, sendo assim, é o pólo de sua microrregião. Apresenta uma área conurbada com os municípios de São José, Palhoça e Biguaçu. Contudo, deve-se ressaltar que o crescimento expressivo dessas áreas deve-se à expansão do centro urbano de Florianópolis.

1.5.3 Aspectos Urbanos

Fundada no tempo do Brasil-Colônia e assentada sobre o modelado topográfico acidentado, é compreensível que a cidade não apresente um traçado

regular dessimétrico. Suas ruas cresceram a esmo obedecendo às medidas de ordem comercial.

Hoje Florianópolis apresenta um traçado originado de sua herança açoriana, em tabuleiro de xadrez, com imperfeições na sua estrutura, principalmente, no interior da cidade. Segundo Dias (1947):

A cidade, inicialmente, foi um posto de abastecimento e de apoio de esquadras portuguesas e mercantes. As linhas da costa exerceram influência decisiva no traçado urbano da mesma, juntamente com a colina onde se ergue o elemento gerador do plano.

Desde 1946 o traçado urbano sobre a cidade de Florianópolis se apresentava com uma topografia irregular, causadora de muitos entraves na ocupação e desenvolvimento de políticas públicas de planejamento urbano. Os primeiros estabelecimentos se fixaram na ilha acompanhando a linha da costa.

Segundo Wilmar Dias (1947): “A linha original da praia determinou a forma do traçado das primeiras ruas da então Desterro, e influiu decisivamente na forma da Praça XV ou do Largo da Catedral, tendo sido limitada em suas laterais por duas perpendiculares traçadas sobre a linha da praia”.

Como essa fazia uma ligeira curvatura, justamente na parte fronteira à da cidade, as perpendiculares lançadas sobre a linha do mar se afastavam à medida que ganhavam a encosta. Daí a forma irregular apresentada pela atual Praça XV de Novembro, a qual é mais estreita na orla do mar e mais larga no topo da colina, forma essa que influiu fundamentalmente no traçado geral da cidade. Conforme Dias (1947):

O desenho em acento circunflexo que apresentam as quatro principais vias paralelas à linha original da praia é uma consequência da influência que a costa exerceu sobre a forma da Praça de onde partem [...] Todavia, enquanto a cidade se circunscreveu à área delineada pelas cotas de 10 metros, as normas gerais adotadas pelos portugueses para a fundação de cidades e vilas foram as seguintes: ostentando a cidade o gridiron-pattern, comum aos núcleos urbanos da época, com os desvios e as deformações que o tempo e os interesses locais acarretam.

A expansão para além da cota de 10 metros verificou-se, pois não havia obediência ao traçado ou a sistema algum, seguindo, unicamente, os impulsos individuais e ajustando-se à topografia. Tal expansão foi primitivamente motivada pela necessidade de ligar a parte nova da península, na qual se localizavam várias fortalezas e alguns casarios, com o centro governamental e comercial situado na baía sul, tendo as primeiras ligações em função das necessidades militares, o que explica seu aspecto retilíneo.

A Rua Esteves Júnior era o caminho mais curto entre o forte de São Francisco e o centro da cidade, assim como a Rua Visconde de Ouro Preto, que passa ao lado da Praça Getúlio Vargas. A Rua Presidente Coutinho, aberta para unir as ligações terrestres, foi durante muito tempo a ligação entre o leste e o oeste da cidade. A Avenida Rio Branco era considerada a via de escoamento para o continente. Nos últimos anos, com a ligação da Avenida Rio Branco e a Rua Felipe Schmidt, o tráfego começou a fluir por essas duas vias.

O pequeno movimento comercial distribuído do lado norte, ao longo da rua paralela ao mar, florescia antes da construção da ponte com a eliminação do tráfego de lanchas. Uma das características da estrutura espacial interna da cidade de Florianópolis era a presença de grandes chácaras no centro da cidade, fato que contribuiu para um parcelamento muito pequeno das propriedades, sendo fragmentados, posteriormente, com a especulação imobiliária. Nessas chácaras residiam as pessoas mais abastadas da cidade e em determinadas partes, os estabelecimentos comerciais e administrativos.

Pela sua natureza particular, essas residências ocupavam extensas áreas no centro da cidade, privilegiadas, inclusive, por todos os serviços públicos. Com seu

parcelamento após 1876, hoje essas áreas possuem características diferentes do seu quadro urbano anterior.

O desmembramento das chácaras no centro da cidade veio a acelerar o processo de irregularidades no traçado urbano. A abertura da Avenida Hercílio Luz foi outro elemento preponderante para uma orientação do traçado urbano. Sendo das chácaras essa área, custou a ser ocupada por residências e construções. Com a especulação imobiliária, essas áreas foram, gradualmente, sendo procuradas. Como cita Dias (1947): “Por ser uma área não aprazível, a Avenida Hercílio Luz, até alguns anos atrás, não tinha grande densidade imobiliária”.

Opera-se, em face da valorização imobiliária, o deslocamento da população para outras áreas como o Morro do Antão ou ruas novas que iam sendo abertas para acolher a população. A inclusão de bairros e subúrbios novos veio aumentar ainda mais o perímetro urbano da cidade, alterando ainda mais o traçado, tornando-o irregular. Quase todas as condensações residenciais eram do tipo favela, exceto a vila dos industriários, no Saco dos Limões, que tinha sido planejada. O crescimento urbano, operado a partir do Largo da Catedral, se projetou, primeiramente, em busca de água. Na época, os morros eram ocupados por classes de baixa renda, o que foi e está sendo invertido, pois os cidadãos mais pobres estão sendo deslocados para outras áreas.

Com a expansão da cidade, as áreas periféricas começaram a ser valorizadas. Os desmatamentos progressivos foram para sanear a saúde pública. As novas picadas iam sendo abertas à população mais pobre, a qual ia ocupando as terras sem nenhum planejamento.

Hoje, a ocupação da cidade apresenta-se de forma desordenada. Segundo o IPUF, estima-se que 70% das construções do município estão, de alguma forma, irregulares.

Conforme a lei municipal, o zoneamento do distrito sede é composto pelas seguintes divisões:

ILHA

- Costeira do Pirajubaé (UEPs 13 e 14)
- Córrego Grande (UEP 12)
- Pantanal (UEP 9)
- Itacorubi (UEPs 5, 11 e 19)
- Santa Mônica (UEP 10)
- Trindade (UEPs 6 e 7)
- Saco dos Limões (UEP 8)
- José Mendes (UEP 4)
- Centro (UEPs 4 e 3)
- Agronômica (UEP 2)
- Costeira do Pirajubaé (UEPs 13 e 14)
- Córrego Grande (UEP 12)
- Pantanal (UEP 9)
- Itacorubi (UEPS 5, 11 e 19)
- Santa Mônica (UEP 10)
- Trindade (UEPs 6 e 7)
- Saco dos Limões (UEP 8)

- José Mendes (UEP 4)
- Centro (UEPs 4 e 3)
- Agronômica (UEP 2)
- João Paulo (UEP 16)
- Monte Verde (UEP 18)
- Saco Grande (UEP 15 e 17)

CONTINENTE

- Estreito (UEP 32)
- Coqueiros (UEPs 34, 35 e 36)
- Itaguaçu (UEP 29)
- Bom Abrigo (UEP 37)
- Capoeiras (UEPs 23, 26 27 e 33)
- Monte Cristo (UEP 22)
- Coloninha (UEP 25)
- Jardim Atlântico (UEP 20, 21 e 24)
- Canto (UEP 31)
- Balneário (UEP 30)

Como centro político administrativo do Estado, Florianópolis cresceu rapidamente. De seu traçado original em xadrez, de herança açoriana, hoje ela se apresenta como um mosaico urbano no que se refere ao seu traçado e ocupação do solo urbano. A área central da cidade possui uma topografia irregular, fazendo com que a ocupação humana fosse se fixando nas encostas.

1.6 Problemas de Pesquisa

Partindo do exposto acima, podemos formular as seguintes proposições:

1. Teria a população da cidade de Florianópolis uma orientação desejável de sua cidade no que diz respeito à localização, locomoção e laços tofílicos para com o seu meio, redundando em uma desirabilidade residencial?
2. A percepção dos órgãos envolvidos com o planejamento urbano local coincide com a percepção da população da cidade de Florianópolis?

1.7 Justificativa e Motivação

1.7.1 Aspectos Pessoais

A degradação ambiental que a cidade vêm sofrendo ao longo das últimas décadas é o principal motivo das preocupações para com a realidade do município de Florianópolis, local em constante processo de transformação.

Cidade insular, costeira, dentro do domínio da mata atlântica, com quase 50% da sua área não edificável em resultado das leis ambientais federais, estaduais e municipais e da legislação urbana, Florianópolis possui um perfil que deveria determinar políticas urbanas exemplares que preservassem o meio ambiente, defendendo o município e os seus cidadãos da degradação da qualidade de vida

que sempre acompanha o crescimento caótico das cidades e a destruição do seu entorno natural (CECCA, 2001).

1.7.2 Aspectos Organizacionais

As administrações públicas municipais, em geral, apresentam um desequilíbrio com relação ao seu plano de governo e os resultados alcançados em suas gestões. Alguns setores do poder público municipal conseguem um resultado satisfatório, porém outros apresentam significativas deficiências e não conseguem agradar a maioria da sua população.

No caso dos órgãos públicos responsáveis pelo planejamento urbano municipal, por não possuírem dados adequados, não se consegue uma correta priorização em seus objetivos e metas administrativas.

Este trabalho busca contribuir com informações para o poder público, mais precisamente o IPUF, através do retrato que será traçado pela população com relação aos seus anseios e temores para com a cidade em que vivem. Tal retrato permitirá avaliar perspectivas desejadas e temidas pela população e assim apresenta-se uma oportunidade de melhoria para o órgão de planejamento urbano municipal, o qual poderá auxiliar em planejamentos futuros.

1.7.3 Aspectos Sociais

O município de Florianópolis vem sofrendo grandes transformações, as quais repercutem também em um espaço de visível conurbação. A cidade vem se constituindo em um ambiente ocupacional de recursos humanos egressos de outros centros urbanos, inclusive, outras grandes cidades do país.

No Rio de Janeiro, em 1992, ocorreu a ECO 92, Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a qual consolidou um novo conceito de desenvolvimento global e que foi definido por 170 países presentes. Essa Conferência aprovou a Agenda 21, documento contendo uma série de compromissos acordados pelos países signatários, os quais assumiram o desafio de incorporar, em suas políticas públicas, princípios que desde já os colocavam a caminho do desenvolvimento sustentável.

A implementação da Agenda 21 pressupõe a tomada de consciência por todos os indivíduos sobre o papel ambiental, econômico, social e político que desempenham em sua comunidade e exige, portanto, a integração de toda a sociedade no processo de construção do futuro.

Fica claro que é uma premissa para se alcançar a cidadania a de que os cidadãos não só possam elaborar como também conduzir as políticas públicas de sua cidade, pois o poder local é o ponto de partida (e de chegada) dos projetos societários mais amplos. Hoje, não é mais possível que os órgãos públicos responsáveis por planejamentos urbanos tragam projetos e soluções prontos à população. A participação popular é um direito que está assegurado no Estatuto da Cidade (lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001) e condiciona essa participação à aprovação do Plano Diretor do município. É um consenso indispensável para que se

possa evoluir na busca da progressividade e sustentabilidade, conceito surgido ao longo do processo desde seu início em 1992.

1.7.4 Aspectos Acadêmicos

Com a crescente urbanização que se apresenta em Florianópolis, o estudo da percepção da população dentro da área de Gestão Ambiental do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção e Sistemas desta universidade é de suma importância no momento. A compreensão da percepção da população sobre a cidade proporciona ações das mais abrangentes tanto através de estudos acadêmicos como através de políticas públicas. Dessa forma, a mesma aponta para a consolidação das comunidades locais; identifica problemas infra-estruturais e, conseqüentemente, de logística; subsidia as políticas públicas de ordenamento do uso do solo; orienta para o desenvolvimento de programas especiais para as determinadas localidades e, enfim, cria uma irradiação em busca do desenvolvimento sustentável e da melhoria da qualidade do ambiente urbano.

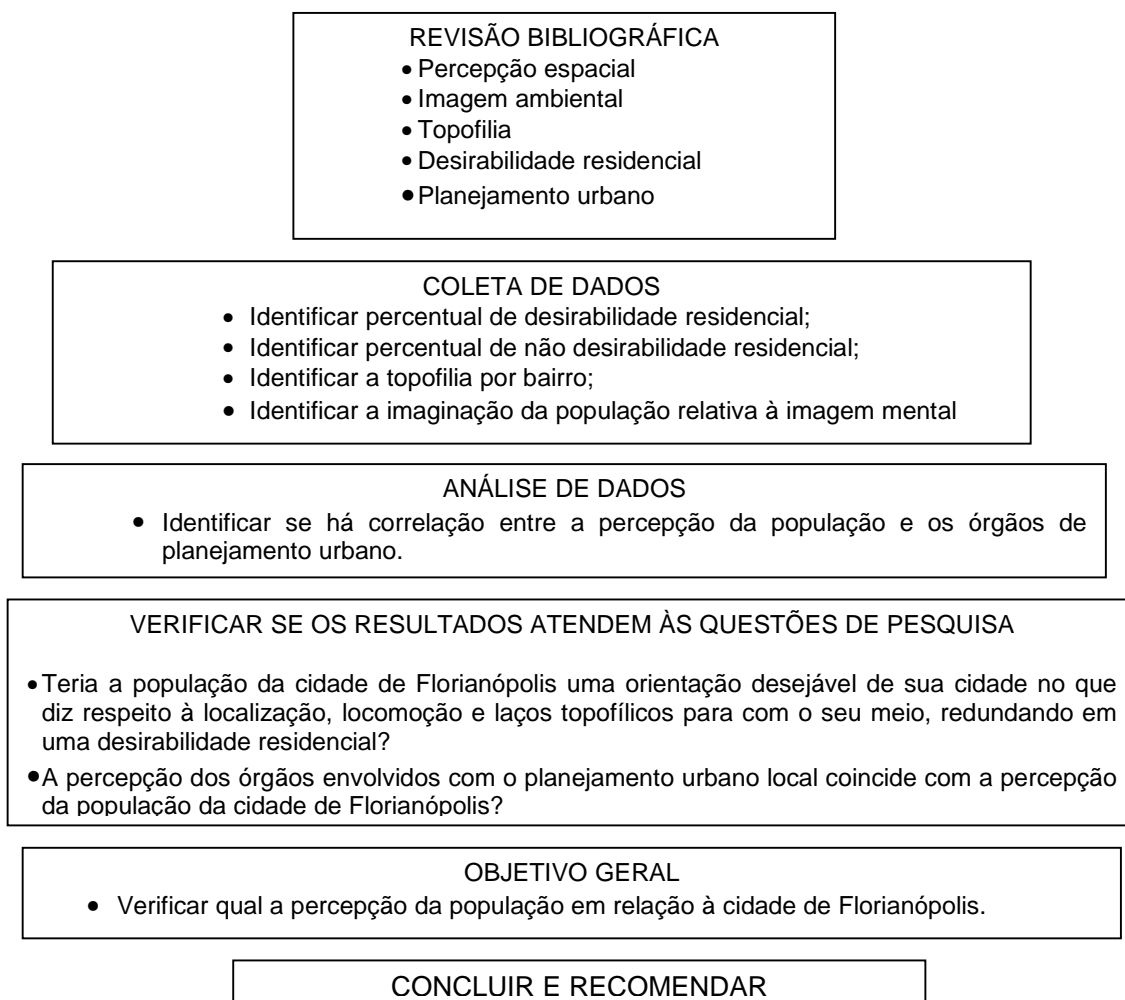
1.8 Limitações do Trabalho

No sentido de alcançar o objetivo estabelecido no presente trabalho, fundamental se faz limitar a natureza do estudo. Tais limitações são impostas, principalmente, pelo escopo e pelo desenho da pesquisa.

Considerando as limitações do escopo, o foco deste trabalho é verificar a percepção ambiental da população do município de Florianópolis em relação à cidade.

O design da pesquisa foi abordado com detalhes na metodologia constante no capítulo III deste trabalho. Com efeito, a revisão da literatura e todas as outras referências bibliográficas estão restritas a esse limite, apesar de que a literatura que envolve estudos dessa natureza ser um pouco reduzida.

1.9 Design e Perspectiva da Pesquisa



1.10 Estrutura do Trabalho

Este trabalho divide-se em cinco capítulos.

O primeiro capítulo contém a parte introdutória do trabalho e é composto da do tema em estudo, da descrição dos objetivos do trabalho, da formulação do problema e da delimitação da pesquisa, da sua relevância e apresenta suas limitações e seu design.

No segundo capítulo, é apresentada a revisão bibliográfica sobre estudos da percepção e do comportamento humano realizados dentro da geografia, bem como a teoria de Jean Piaget, os quais serviram para compreender, explicar e dar significado ao tema estudado.

No terceiro capítulo, apresentam-se os procedimentos metodológicos, os quais são iniciados pela caracterização da pesquisa científica, a especificação do seu caráter qualitativo e a utilização, como base para o processo de coleta de dados utilizando a revisão bibliográfica e entrevistas. Em seguida é descrita a parte complementar da pesquisa, configurada pela identificação dos procedimentos de coleta e análise de dados, com foco no objetivo geral da pesquisa.

No quarto capítulo, apresentamos o relatório da tabulação, a apresentação, análise descritiva e discussões dos resultados obtidos, bem como a avaliação do modelo proposto para a pesquisa.

Por fim, no quinto e último capítulo, apresentamos as conclusões e recomendações tanto para o poder público como para trabalhos futuros, no qual foi realizada uma análise entre o problema e os objetivos (geral e específicos) da pesquisa e seus resultados. Também se faz uma avaliação da consistência entre os resultados do estudo e as abordagens teóricas e os modelos utilizados.

CAPÍTULO II

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Análise dos Estudos Realizados em Geografia da Percepção e do Comportamento Humano

Desde 1950, o interesse dos geógrafos americanos estava voltado para o entendimento do comportamento espacial, focalizando o comportamento e a percepção. Podemos inferir que as variações nos estudos de percepção chegam a algumas concordâncias.

O “movimento” da chamada Geografia Humanística, na qual se inserem os estudos perceptivos, em função de sua crescente ampliação no final do século passado, pode ser considerado atualmente como uma das principais tendências orientadoras da Geografia.

No estudo da compreensão da “imagem” entre Geógrafos e Psicólogos, existe uma aproximação, existindo os Behavioristas e os Cognitivos. O Behaviorismo tem tido maior importância para os psicólogos americanos do século XX.

Na Europa, a Gestalt assume uma importância ainda maior e considerável quando aceita e absorve os conceitos de mapas mentais, que têm sido mais estudados.

A partir de 1960, várias tendências sociais criaram inovações nos estudos da percepção com a pesquisa de Kevin Lynch, sobre a Imagem da Cidade¹, onde foram estudados aspectos de localização e focalização referencial, tendo como reflexos na metodologia de avaliação do desenvolvimento do método científico no campo da percepção e do comportamento espacial.

2.1.1 Percepção Espacial

A natureza humana dotou os seres da mesma capacidade sensorial e perceptiva para sentir, compreender e experienciar a realidade extracorpórea. A compreensão para o cidadão da experiência perceptiva é diferente de pessoa para pessoa no tempo e no espaço.

A limitação sensorial e perceptiva do ser humano é uma determinação genética. Por mais adversas que sejam as nossas percepções, sempre tenderemos a percebê-las de uma forma muito rápida e circunstancial, por estarmos ligados a uma cultura e à sociedade, ou a elementos de um ambiente social e físico. Todo habitante tem certamente uma parte percebida do meio urbano e, provavelmente, uma idiossincrasia do meio sobre o qual ele vive. A partir da complexidade perceptiva e da constante variação da imagem ambiental, os nossos sentidos também são afetados de várias formas. Em um ambiente onde a capacidade de mudança é muito grande, a visão, sem dúvida, é o sentido mais utilizado.

¹ Por volta de 1960, Kevin Lynch realizou um estudo dentro da Metodologia da Percepção e do Comportamento Espacial em três cidades norte-americanas: Boston, Jersey City e Los Angeles, no qual estudou aspectos de percepção e comportamento dessas populações em uma amostragem bem reduzida e selecionada dentro do espaço urbano da cidade, mais precisamente ao redor do CBD (Centro Distrital de Negócios) dessas mesmas cidades. Foram verificadas na pesquisa a forma urbana, localização e orientação. No geral, houve semelhanças e caracteres específicos de cada cidade.

A percepção do mundo é feita através de todos os sentidos, os quais variam conforme os contextos nos quais as pessoas estão inseridas. O mundo percebido pelos olhos é puramente uma relação com o objeto. A percepção e a imagem são dinâmicas no tempo e no espaço, a compreensão do meio urbano muda concomitantemente com a idade, sexo, educação, cultura, erudição, classe social, economia, política, religião, individualidade, preferências, atitudes, valores e atribuições do meio ambiente. Diante da complexidade de elementos que interagem na percepção, Tuan (1982) refere-se à mesma como sendo: “A resposta aos estímulos externos, como a atividade proposital no qual certos fenômenos são claramente registrados, enquanto outros retrocedem para a sombra ou são bloqueados”.

Dentro de seus estudos, Cox (1982) alia ao conhecimento da paisagem dois tipos de percepções que são imprescindíveis para a experiência ambiental, sendo descritos da seguinte forma:

- a) Percepções designativas – são aquelas que atribuímos aos lugares e que estão relacionadas aos valores;
- b) Percepções aprazivas – são julgamentos de valor que fazemos dos locais.

É através das “percepções designativas”, as quais ao visualizarmos em um mapa ou em croquis, encontramos erros de distância, direções, conexões de áreas, distorções no traçado etc. Os pontos referenciais de focalização direta de uma paisagem composta fazem distinguir as partes mais conhecidas.

A classificação dos locais gera uma hierarquia dentro das áreas, tendendo das mais fechadas para as mais abertas.

Com o auxílio das percepções aprazivas são verificadas as premissas de desirabilidade residencial e migrações, onde certas áreas consideradas são preferidas em função da apazividade da imagem, enquanto que se tornam repulsivas em outras localidades.

Através de um estudo mais detalhado do meio urbano, identificado por quatro tipos de percepção, Carter classifica a percepção em estágios sucessivos para a compreensão da imagem. Carter (1979) classifica as percepções da seguinte forma:

- a) Percepção operacional – é aquela em que as pessoas percebem elementos e pontos de referência do ciclo diário, podendo alguns ser lembrados por caracteres que chamem a atenção;
- b) Percepção responsiva – nesse tipo ocorre a avaliação da imagem da cidade, podendo ser fechada e relatada de forma distinta do conjunto das respostas gerais e imediatas, tais como o brilho e o isolamento;
- c) Percepção inferencial – a avaliação do meio é feita pela inferência paralela.

Para Hudson e Pocock (1978), as imagens do meio urbano assumem um aspecto mais intrínseco e apurado, caracterizado da seguinte maneira: “O produto

do sensoriamento remoto e do código de informações, é importante para compreendermos as concepções dos mapas mentais apreendidos no meio”.

Por serem complexos os mecanismos de formação dos estímulos, a sistematização do processo perceptivo de certa forma colabora na compreensão dos estágios sucessivos. Sendo importante o inter-relacionamento entre o estímulo presente e o apreendido, Hudson e Pocock (1978) modelaram esse esquema sistêmico da seguinte forma:

A formação do estímulo de entrada sofre uma sumarização prévia do contexto percebido. Posteriormente ocorre uma articulação entre os estímulos percebidos e os passados. A experiência passada é importante para compreender os estágios sucedentes.

A percepção conglomerata fatos e situações adversas, que unificam a escala de aprendizagem do meio urbano das grandes cidades. Para Mayfield (1972), a percepção é função da individualidade do observador: “Na percepção, cada homem tem uma imagem do mundo de acordo com suas preferências, sendo que existe uma conexão entre o meio, comportamento espacial e experiências passadas”.

Na concepção de Piaget (1976), a percepção assume um relacionamento de contato material recíproco entre o homem e o meio. Segundo ele, a percepção é concebida como: “O conhecimento adquirido ocorre através do contato direto. É imediata a percepção dos objetos que estão mais próximos aos seres, tudo se processando no mesmo campo sensorial.”

Para Piaget (1976), o movimento dos corpos tem grande importância para o relacionamento ambiental, pela mudança de posição da imagem e, conseqüentemente, na percepção.

Mais recentemente, Mayfield (1972) tem usado o termo ação espacial para a percepção humana imediata ao meio.

Dentre as concepções, notamos uma certa correspondência nas apreciações, ocorrendo uma pequena diferença no que se refere à especificidade de cada autor, bem como ao apuramento científico no tratamento do assunto.

Convém frisar que a maioria dos autores refere-se à percepção aprazível de forma não evidente e esclarecida.

A ambigüidade de conceituações é tão grande pela complexidade de cada representação mental, que qualquer conceito emitido sobre o significado seria pretensioso e cairíamos no campo empírico, no qual as proposições verificadas dão margem a dúvidas pela própria particularidade do complexo humano de entender e responder aos estímulos ambientais.

Pois, conforme Simmel (1973), o problema mais grave da vida urbana é preservar a individualidade no contexto social, no qual as forças sociais tornam-se cada vez mais avassaladoras da intimidade, permeando o comportamento. A maioria dos acontecimentos na cidade é muito rápida, dessa forma, não podemos ter a capacidade de retentividade suficiente para armazenar todas essas informações e acontecimentos.

2.1.2 Imagem Ambiental

Através de um objeto, o homem representa uma imagem relativa ao ambiente que o circunda. As evidências das pesquisas realizadas dentro da percepção com relação às imagens ambientais apresentam estudos de relevância,

os quais estão fundamentados em princípios de estudos psicológicos aplicados à Geografia.

A introdução da imagem na Geografia pode ser considerada como uma possível aproximação de sua implicação sobre o comportamento dos cidadãos. O termo “imagem” é oriundo de uma publicação de Mayfield, aproximadamente em 1936.

O conceito de imagem varia muito. Segundo Hudson e Pocock (1978), a imagem é considerada como: “O somatório da interação sensorial do observador com valores do sistema, seguidos de uma acomodação e memória, no qual entram forças diretas, podendo ser de relativa importância e apreendido em um estreito senso perceptivo”.

2.1.3 A Imagem da Cidade e seus Elementos

A imagem da cidade é muito diversificada e cada percepção é uma particularidade. A imagem é uma superposição de objetos que se aglomeram de forma decisiva.

Através desta pesquisa, procura-se conhecer os juízos subjetivos da população e suas imagens em relação ao ambiente da cidade, através da localização e focalização referencial. Na maioria das vezes, os moradores fazem quase sempre uma ligação com aspectos funcionais, denotando com frequência suas relações com as áreas de influência dentro de um contexto urbano. Os sítios urbanos mudam invariavelmente com o tempo e o espaço.

A experiência do conhecimento sobre o espaço contribui para o aprimoramento da compreensão das imagens ambientais. Em seu trabalho sobre a imagem da cidade, Lynch (1960) refere-se a cinco elementos que são de importância vital para o reconhecimento, locomoção e localização dentro da cidade. Esses cinco elementos foram classificados pelo grau de complexidade, da seguinte maneira:

1. **Caminhos** – a cidade é observada através deles e da forma como se organizam com os elementos ambientais. São as partes mais importantes da cidade, pois estão sempre relacionados com outros elementos, principalmente, com aspectos funcionais. A bifurcação dos caminhos causa um rompimento na percepção;
2. **Ruas** – São os elementos entre as estruturas lineares. Constituem referências laterais e não eixos coordenados podendo ser de regiões fronteiriças. Para muitas pessoas são regiões que inter-relacionam zonas gerais. Nesse caso, as montanhas servem de orientação;
3. **Bairros** – São as seções da cidade que possuem dimensões duplas, nas quais o observador entra em seu meio mentalmente e são passíveis de reconhecimento. As pessoas classificam a cidade de alguma forma e o bairro é um elemento essencial;
4. **Nós** – Os nós são pontos estratégicos das cidades, nos quais o observador pode ingressar e constituir os focos intensivos do movimento;

5. **Pontos de referência** – Trata-se de um objeto físico definido com bastante sensibilidade. Seu uso implica a seleção de um elemento dentre muitos. Alguns podem ser vistos de vários pontos, e outros, localmente.

As categorias acima citadas constituem o envolvimento total do indivíduo com o ambiente. Alguns estudos fazem correlação de alguns elementos, por exemplo, o nó como ponto de referência. Na maioria das vezes, as formas necessitam estar aliadas a algumas funções ou significados através de simbolismos para a imaginabilidade efetiva. A distância conhecida através da cognição apresenta diferenças, sendo sempre maior que os objetos e as localidades.

Por outro lado, a apreensão da imagem, do seu conteúdo e a capacidade de visualização da topografia podem fragmentar a percepção geral para uma específica, ocorrendo assim, uma “distância temporal”, que é aquela entre o objeto percebido e em seguida imaginado. Para um bom traçado e conhecimento do centro da cidade, as qualidades da forma são imprescindíveis no relacionamento das imagens ambientais.

As qualidades da forma classificadas em sete itens que, segundo Lynch, são imprescindíveis para a experiência ambiental:

1. **Singularidade** – A nitidez dos limites, a clausura como uma praça cercada. O contraste de superfície, forma, intensidade, complexidade, tamanho, uso, situação espacial. À medida que os observadores vão se familiarizando com as estruturas, vão precisando cada vez menos de estruturas complexas e formadas para diagnosticar seus laudos perceptivos;

2. **Claridade** – Também chamada de sensibilidade da forma visível no sentido geométrico. Demonstra que os observadores reduzem a formas mais simples os complexos processos perceptivos. Quando um objeto não é visto simultaneamente na paisagem, pode ser devido a alguma deformação topológica;
3. **Continuidade** – Através de elementos visualizados, essa é uma característica fundamental para o inter-relacionamento das qualidades que sugerem uma identidade da paisagem;
4. **Predomínio** – O predomínio de uma parte sobre a outra é uma função da intensidade e do interesse. Essa qualidade permite a redução e a inclusão de imagens;
5. **Claridade de interfaces** – Permitem estruturar imagens a níveis de intermediação de regiões com interfaces diferentes;
6. **Diferenciação de direção** – São elementos naturais que tornam planos dessimétricos, interrompendo a percepção;
7. **Alcance visual** – São as qualidades que aumentam a margem e a penetração da visão, realmente ou simbolicamente. Entre elas figuram as transparências, as perspectivas e os elementos de articulação;

2.1.4 A Elaboração da Imagem

A formação da imagem envolve o observador e o que se está observando, e somente após uma percepção é que é possível uma imaginação. No complexo sistema da formação da imagem, inúmeras variáveis podem ocorrer, e essas são importantes quando passam por um conjunto de pessoas e singularidades. A compreensão do ambiente depende dos estímulos que formam a imagem. Com relação à formação da imagem, Lynch (1960) argumenta que:

O meio sugere distinções e relações que de acordo com a ação e objetivos, o observador escolhe e organiza o significado do que vê. A imagem vista dessa forma limita a percepção mediante um processo de seleção e interação, podendo variar de pessoa para pessoa. A coerência das imagens dá-se pela semelhança dos mapas mentais.

O traçado urbano e sua forma são importantes para a formação da imagem. As estruturas realizadoras da formação da imagem podem ser de três formas:

1. Identidade;
2. Estrutura;
3. Significado.

A identidade é concebida como o reconhecimento do objeto. A estrutura, forma física e o significado são a fase final do processo perceptivo. A imagem, por sua vez, deve ser inclusiva a ponto de manter uma relação espacial entre o objeto percebido e o observador.

Em uma cidade de grande concentração, há sem dúvida, uma grande variação de ambientes, tanto em qualidade como em unidade ou semelhança. Pode não existir um conhecimento total da cidade que resulte apenas em uma visibilidade

sem pontos referenciais considerados. A legibilidade, por sua vez, é o conhecimento aprofundado.

A variação da imagem indica a capacidade de responder diferentemente aos mesmos objetos percebidos. O estilo de vida, como uma expressão nata da estratificação social, também influi na percepção. Os turistas por sua vez, experienciam a cidade de forma diferente, aliada a algum padrão estético, qualificando o que percebem e imaginam.

A seqüência das imagens se desenvolve em níveis diferentes, podendo ser na relação direta da familiarização do indivíduo com o meio ambiente. Constituindo uma maneira de apreender o meio de formas conseqüentes, o traçado pode assumir a seguinte composição segundo Lynch (1960):

As imagens se desenvolvem em torno de linhas mestras, partindo-se das de maior conhecimento para as de menor relação;

Os mapas são construídos de forma que a orientação venha a convergir para o centro;

Outros mapas começam pelo traçado de uma pauta básica e de agregação de detalhes;

Certos mapas começam por regiões contíguas e relacionam-se com seus interiores;

Um elemento essencial é a parte mestra do traçado, que serve de orientação.

Esses elementos referenciam de modo sumarizado como a construção subjetiva da realidade urbana é concebida pelas pessoas que fazem parte de seu complexo.

2.1.5 Mapas Mentais

O entendimento da percepção do traçado urbano é possível através do mapeamento ou formação dos mapas mentais, considerando os objetos da pesquisa mais relevantes no tocante ao comportamento e percepção espacial nas cidades modernas. A idéia de “representação mental” refere-se aos “mapas mentais”. São através deles que verificamos a percepção apraziva, a qual redundará na desirabilidade residencial. Os mapas mentais podem ser descritos de várias formas, porém Hudson e Pocock (1978) criaram a sua concepção de mapa mental como sendo: “A apreensão e estabelecimento de concepções mentais do ambiente, sendo referenciais das imagens ambientais”.

O mapa mental assume modelos hierárquicos pelas características observadas em relação às conexões e seqüências do meio. A subdivisão de cada representação mental é considerada um grau de apuramento da percepção, aproximando-se cada vez mais da realidade.

As formações das representações mentais estão relacionadas com as retentividades anteriores. Na representação de cada percepção do traçado urbano podem aparecer “caracteres etnocêntricos”, nos quais o indivíduo estrutura o mapa mental a partir de si como referência de localização, o que é verificado na forma como são realizados os mapas mentais.

Geralmente o traçado inicia-se de um ponto central e tudo dele se irradia. O etnocentrismo é um traço comum aos seres humanos, portanto, será considerado como medida de situação e referência no traçado urbano da cidade para localização de pessoas e grupos humanos.

2.1.6 O Senso de Lugar

Uma das partes mais importantes para o desenvolvimento de uma relação ambiental é o senso de lugar caracterizado. Saber localizar-se dentro do espaço é de suma importância. Os aspectos mais relevantes são decorrentes da localização dentro da cidade, fazendo com que as pessoas tenham uma sensação espacial de localização e locomoção. A individualidade também predomina na concepção do espaço e senso de lugar nos centros urbanos, uma vez que permeia a consciência individual na inter-relação ambiental. Pode aparecer um espaço virtual que não é concebido geograficamente, mas que na realidade o é, pois é concebido por aspectos subjetivos de classificação da percepção.

A variação da mudança ambiental acarreta uma diversificação na identidade de lugar e seu significado, pois segundo pesquisas, essa está relacionada a três variáveis:

1. Necessidades psicológicas;
2. Identidade;
3. Estímulos.

A estabilidade de conceitos simbólicos é de suma importância para o desenvolvimento e relacionamento dos seres em seus espaços.

A habilidade espacial, que é a experiência no conhecimento do espaço da cidade, faz com que as pessoas sejam guiadas dentro de um determinado espaço por referenciais, sem adquirir um mapa mental preciso.

Tuan (1982) conceitua o senso de lugar como:

Para os residentes o sentido de lugar não é incentivado somente pela circunscrição física no espaço do povoado. O conhecimento de outros elementos ou outro bairro e rivalidade entre os mesmos é que aumenta o significado de identidade.

Uma cidade torna-se histórica não porque durante determinado tempo ocupou o mesmo sitio urbano, mas porque foi feita de emoções, sentimentos e história.

A estabilidade contínua de um meio é a terapia efetiva na escala moderna de mudanças ambientais, na qual o planejamento terá de ter um senso de lugar caracterizado.

2.1.7 Valores Ambientais

Na vanguarda da ciência geográfica há preocupação com a epistemologia e com o discurso científico. Dentre as manifestações, surgiram questões importantes para discussão, o que nos leva a estudar os valores ambientais para contrabalançar à descaracterização de cada localidade, sendo mutuamente exclusiva no contexto da área geral.

De acordo com Tuan (1982) as relações ambientais entre o homem e o ambiente constituem a atitude que ele define como: “Primariamente é postura cultural, uma postura que se toma em relação ao mundo”.

É conveniente estudar as atitudes separadamente dos valores e posteriormente unir as conclusões. Tuan aborda principalmente os seguintes pontos: cultura, papéis dos sexos, diferenças de atitudes entre o nativo e o visitante, bem como a experiência com o meio, percepção de modos semelhantes e mudanças de atitudes com o meio ambiente.

Com relação à percepção do nativo e do visitante Tuan nos diz que: “O nativo tem uma complexa e derivada percepção de sua imagem por estar imerso na

totalidade de seu meio ambiente. Sua expressão é uma forma complexa de acordo com o mito e valores locais do meio”.

A avaliação do meio por um estrangeiro obedece a critérios estéticos, regulados por um juízo de valor inerente ao visitante. As mudanças nas atitudes ambientais são de vital importância para o desenvolvimento e compreensão da realidade ambiental e seu envolvimento com o ser humano.

2.1.8 Topofilia

O relacionamento vai além do que se imagina, coexistindo uma relação íntima entre os mesmos. O termo topofilia foi criado por Yi Fu Tuan para expressar esse relacionamento, que significa para ele: “O elo afetivo entre a pessoa e o ambiente físico. Difuso como conceito e concreto como experiência”.

Vários são os ambientes que atraem a atenção da experiência humana para o envolvimento. Durante épocas os ambientes atrativos assumiram importâncias diferentes para povos e culturas diferentes. A respeito das unidades estruturadas Tuan salienta algumas características das praias e da ilha, ambientes que fazem parte da área em estudo:

Ilha: a ilha aparece como um vestígio de magia vinculado ao mito. Atualmente, assume uma atividade aprazível devido às belezas naturais e lazer.

Praia: a praia exprime segurança e aventura pela amplitude e acolhimento de suas formações.

Os aspectos físicos e os estilos de vida são sumamente diferentes no tempo. A classificação de ambientes parte primeiro para qualidade e posteriormente para a forma física. Ultimamente o subúrbio vem assumindo uma relação de

satisfação com a vida e com o meio. A aparência pode variar já que algumas classes terão as mesmas imagens das áreas suburbanas, as quais mais crescem hoje.

2.1.9 Aspectos da Desirabilidade Residencial

Quando a formação do sentimento tofófilo é muito intensa, ocorre o que denominamos de “desirabilidade² residencial”, ou seja, a vontade própria da escolha do local para morar. Pode ocorrer também que o desejo de permanência seja mais forte que a saída, então, teremos as áreas “não desejáveis”.

O conhecimento dos locais pode ser de duas maneiras: uma pela abstração, pela experiência e pelo conhecimento do local. As áreas não desejáveis sempre aparecem em branco ou são mencionadas nos mapas mentais. Geralmente, são áreas com deficiências infra-estruturais ou ocupadas por classes de poder econômico baixo, ou podem também ser áreas que sofrem com intempéries. Essas áreas são, geralmente, deterioradas por não possuírem uma identidade na paisagem e na percepção da população.

2.1.10 Imagens e Planejamento Urbano

A influência acumulativa dos mecanismos de comunicação faz chegar até nós uma concepção diferente de valores da realidade, quase sempre constituída por

² Desirabilidade: termo derivado do inglês *desirability*, que significa: desejo, vontade de possuir ou de gozar; qualidade de ser desejável.

algum componente estereotipado. As regiões são, desta forma, valorizadas por padrões não pessoais subjetivos acarretando uma formação deturpada da imagem.

Com relação a essas referências, Hudson e Pocock (1978) argumentam que:

A justificativa para que as forças secundárias atuem é que as mesmas representam a aceitação do sistema de valores articulados por grupos privilegiados que produzem decisões políticas econômicas e sociais disseminadas através dos canais de comunicação.

Vários autores estudam a questão abordada acima sob perspectivas diferentes, envolvendo o relacionamento da ocupação espacial através da variável econômica, em uma abordagem materialista histórica. As classes de baixo poder aquisitivo não vivem em locais planejados por elas, no qual a estrutura física do bairro seria um reflexo dos ideais de seus moradores.

Como o planejamento obedece a uma hierarquia legal para cumprir premissas de repasses de investimentos, acabam se tornando irreais pela forma como são aplicados desigualmente. A legislação é desigual pela própria interpretação da lei, de forma diferenciada, mostrando sensivelmente que a produção do conhecimento no contexto das classes sociais é desigual, reverberando ideologias a quem os interesses são atendidos.

O planejamento na prática conglomerava três modelos de alocação de recursos conforme cita Hudson e Pocock (1978):

1. Alocação Neutral;
2. Alocação Progressiva;
3. Alocação Regressiva.

Na primeira fase de alocação de recursos existe consenso da sociedade, pois o planejamento é fruto de um grupo social estruturado em relação aos grupos altruísticos, servindo a comunidade e o interesse público. Esse modelo de alocação, isoladamente, é sustentável, pois o planejador representa um grupo social. Na prática, o planejamento é encampado pelo modo de produção capitalista.

Na segunda forma, o modelo de alocação emerge de um grupo social com caracteres programados de desenvolvimento de interesse público.

Na terceira forma, o modelo destitui processos produtivos e obtém concessões ou desvincula iniciativas promissoras para o conjunto da sociedade.

A imagem assume um papel de informação nos variados sentidos da comunicação, permeando as estruturas em favor da estrutura dominante. As considerações regionais são importantes para o estudo do planejamento urbano.

Nesse caso, a imagem funciona como um estereótipo para a valorização e designação de certas localidades. Existem muitos desníveis de convergências nas imagens nos vários grupos sociais. A construção real das imagens implica processos de planejamento e suas bases ideológicas.

A forma como é salientada a formulação da alocação de recursos demonstra claramente o comportamento dos órgãos públicos para com a população, porém não é esse o objetivo da nossa pesquisa.

CAPÍTULO III

METODOLOGIA

3.1 Caracterização da Pesquisa

A pesquisa a ser desenvolvida, sob o ponto de vista da sua natureza, é classificada como **pesquisa aplicada**, a qual objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos, envolvendo verdades e interesses locais (SILVA, 2000). Desse modo, poderá auxiliar técnicos de órgãos responsáveis pelo planejamento urbano do município, não somente a desenvolver os devidos planejamentos como mudar sua própria percepção e compreensão em relação aos anseios e temores da população.

Com relação aos seus objetivos, a pesquisa é **exploratória**, pois visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses, uma vez que não há registros sobre qual é a percepção ambiental da população do município de Florianópolis em relação à cidade.

Considera-se também **descritiva**, à medida que alcança a obtenção e exposição de dados representativos de determinada situação ou fenômeno. A pesquisa, nesse caso, descreve as percepções, de forma estratificada, da população do município de Florianópolis referentes ao traçado urbano da cidade.

Quanto aos meios de investigação, esta pesquisa é **bibliográfica** e de **campo**. Envolve levantamento bibliográfico, pois incorpora uma revisão de literatura sobre o tema subsidiando teoricamente as entrevistas com a população e a análise dos dados, os quais têm experiências práticas com o problema pesquisado, bem como análise de exemplos que estimulem a sua compreensão (SILVA, 2000).

O teste das hipóteses embasa-se em dados obtidos a partir da aplicação de entrevistas à população da cidade de Florianópolis com base em amostragens pertinentes à metodologia da pesquisa.

Por fim, quanto à natureza das variáveis, esta pesquisa classifica-se como **quantitativa**, pela coleta de dados junto a um número representativo de habitantes, por bairro, de todo o município, através de entrevistas estruturadas e gráficos de avaliação.

A técnica escolhida foi a amostragem estratificada por considerá-la dentro dos propósitos da pesquisa.

A análise da percepção será através das quatro variáveis a seguir: idade, naturalidade, sexo e instrução.

O estudo da distribuição da população será analisado através de quatro questões classificatórias, as quais servirão de elementos de referência para a pesquisa:

- a) **IDADE**: como essa pesquisa envolve o espírito subjetivo da população, a idade considerada para aplicação dos questionários foi a partir dos 18 anos, segundo critério adotado, já que Piaget (1976) nos diz que é a partir dessa idade que se concretiza a formação e interpretação

simbólica. As faixas etárias foram divididas em três: de 18 a 24; 25 a 49 e 50 a 80 anos ou mais.

b) **NATURALIDADE:** com relação à procedência dos moradores, foram consideradas duas classes distintas: a dos nativos, ou seja, os moradores que nasceram em Florianópolis e sempre moraram no bairro; e a dos não nativos, isto é, os moradores que vieram de outra cidade.

c) **SEXO:** as categorias sexuais foram divididas em masculino e feminino. Isso se verifica pela diferença de hierarquização da sociedade, conferindo ao homem e à mulher papéis sexuais diferentes, refletindo na sua percepção e comportamento.

d) **GRAU DE INSTRUÇÃO:** para os níveis de instrução foram consideradas quatro divisões:

1. Ensino fundamental;
2. Ensino Médio;
3. Ensino Superior;
4. Pós-Graduação.

e) **PROFISSÃO:** a classificação profissional apresenta uma diversidade muito grande e generalizada. Para os nossos objetivos, classificamos as atividades profissionais em cinco categorias:

1. Do lar – dedica-se às atividades do lar;

2. Burocrática – pessoal empregado em administração e finanças;
3. Liberal – profissionais autônomos;
4. Serviços – profissionais especializados;
5. Estudante – dedica-se aos estudos de formação regular.

Concomitantemente, far-se-á uso dos três Planos Diretores existentes da cidade de Florianópolis, na sistemática CDP (condicionantes, deficiências e potencialidades), além de dados relativos à população absoluta dos bairros.

3.2 Procedimentos Metodológicos

3.2.1 Revisão Bibliográfica

Os procedimentos metodológicos aplicados ao presente trabalho objetivam encontrar respostas às questões pertinentes à percepção ambiental da população de Florianópolis. Os valores, atitudes e sentimentos em relação à cidade ou partes dela serão verificados. A análise dos dados fundamenta-se técnicas que têm sido utilizadas por autores que se preocupam com a geografia da percepção e do comportamento, embora o presente estudo não apresente qualquer modelo pré-estabelecido.

Juntamente com as entrevistas, irá anexa uma folha em branco, na qual o entrevistado deverá representar graficamente o seu mapa mental sobre a imagem da cidade e seus pontos mais relevantes. Esses croquis servirão para avaliar a toponímia, desejabilidade, conhecimento e articulação da estrutura urbana.

Com base nos dados obtidos serão realizados gráficos e tabelas pertinentes aos aspectos de percepção e características de análise para referenciar a pesquisa com a fundamentação teórica escolhida.

Após ter-se procedido conforme etapas citadas anteriormente, far-se-á uma comparação dos dados obtidos pela análise da percepção e do comportamento dos florianopolitanos e as tendências observadas no tocante à política de planejamento urbano.

Conforme objetivos propostos, propomo-nos aventar a possibilidade de melhoria da visão administrativa em prol das melhorias do bem comum.

3.2.2 Definição da Amostra e de suas Unidades

Tendo-se em vista o tamanho da população da cidade de Florianópolis, adotou-se o cálculo da amostragem pelo método estratificado, ou seja, cada unidade terá representantes diferentes e esses serão os elementos de pesquisa. Adotou-se para esses segmentos uma porcentagem representativa de habitantes, por faixa etária e por bairro, onde trabalhamos com margem de erro de 7%, a qual é considerada totalmente aceita para pesquisas acadêmicas.

Nesse tipo de amostragem existem dois critérios que devem ser observados:

- a) Amostragem estratificada com reposição;
- b) Amostragem estratificada sem reposição.

Segundo o último censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) do ano de 2000, a população de Florianópolis é de aproximadamente 342.315 habitantes. Desse total, 165.694 (48,5%) são homens e 176.621 (51,5%) são mulheres.

Consideramos para a coleta de dados somente habitantes acima de 18 anos. Dessa forma, estabelecemos três faixas etárias para coleta de dados: de 18 a 24 anos; de 25 a 49 anos e de 50 a 80 anos ou mais, as quais são as mesmas utilizadas pelo IBGE, conforme Gráfico 2. Assim, esta pesquisa reflete informações sobre um universo de 243.959 habitantes.

Para uma maior interpretação e não interpenetração das áreas na aplicação das entrevistas fez-se necessário a delimitação do universo de pesquisa em 71 (setenta e uma) unidades de observação.

Na parte insular da cidade, são 60 as unidades de observação. Optamos por determinar como unidades de observação as utilizadas pelo IBGE, assim discriminadas: Centro, Agronômica, Trindade, Santa Mônica, Pantanal, Córrego Grande, Itacorubi, João Paulo, Saco Grande, Monte Verde, Cacupé, Santo Antônio de Lisboa, Barra de Sambaqui, Sambaqui, Jurerê, Ratones, Canasvieiras, Vargem do Bom Jesus, Vargem Grande, Vargem Pequena, Forte, Daniela, Ponta das Canas, Praia Brava, Cachoeira do Bom Jesus, Autódromo, Ingleses, Lagoinha do Norte, Santinho, Rio Vermelho, Barra da Lagoa, Canto da Lagoa, Canto do Lamim, Canto dos Araçás, Lagoa, Praia Mole, Rio Tavares, Ribeirão, Açores, Armação, Campeche, Morro das Pedras, Pântano do Sul, Pedrita, Recanto Açores, Ressacada, Tapera, Pedrita, Pedregal, Costeira, Carianos, Caieira, Base Aérea, Caiacanga, Capivari, Moenda, Retiro, Saco dos Limões e José Mendes.

Na parte continental da cidade, as áreas que compreendem o distrito do Estreito, e também objeto de observação da pesquisa, estão divididas em onze bairros: Balneário, Canto, Capoeiras, Coloninha, Estreito, Itaguaçu, Coqueiros, Bom Abrigo, Abraão, Jardim Atlântico e Monte Cristo.

Portanto, o universo de nossa pesquisa se deu em todos os bairros ou localidades representativas do município e com um total de 243.959 habitantes.

Após definido o universo da nossa pesquisa, determinamos a amostra e a identificação das unidades de amostra calculada pela fórmula de TAGLIACARNE (1978):

n = amostra = parte representativa do universo

n = tamanho da amostra procurada

N = universo

z = grande certeza ou confiança (probabilidade de ocorrência do resultado)

$$\left\{ \begin{array}{l} 95\% = 1,96 \\ z = 90\% = 1,64 \text{ (adotado para trabalhos acadêmicos)} \\ 99\% = 2,58 \end{array} \right.$$

e = erro máximo = 7% = 0,07 (adotado para trabalhos acadêmicos)

p' e q' = 50% = 0,5 (proporção que o fenômeno é esperado)

Para o universo definido:

$n = 243.959$

$$n = \frac{243.959 \times (1,64)^2 \times 0,5 \times 0,5}{(243.959-1) \cdot (0,07)^2 + (1,64)^2 \times 0,5 \times 0,5}$$

$$n = \frac{243.959 \times 2,6896 \times 0,25}{243.958 \times 0,0049 + 2,689 \times 0,25}$$

$$n = \frac{164.038,0316}{1195,3942 + 0,67225}$$

$$n = \frac{164.038,0316}{1196,06645} = 137,14792$$

A planilha com a distribuição da amostra pode ser vista no Apêndice A.

3.2.3 Elaboração do Instrumento de Coleta de Dados

Como não há conhecimento acumulado e sistematizado acerca de qual é a percepção que os florianopolitanos têm sobre o município onde moram, optou-se pela elaboração de entrevistas.

O elemento motor dessa pesquisa foi as entrevistas e para tal, foram necessários alguns critérios para enquadrá-las dentro da metodologia da área em pesquisa. Nessa entrevista procurou-se avaliar a representação da cidade através dos mapas mentais, isto é, a visão aproximada das imagens públicas que poderiam ser comprovadas com o conhecimento do terreno, contribuindo para o desenho urbano através da experiência ambiental, fornecendo assim, subsídios para um traçado urbano, com senso de lugar definido.

3.2.4 Pré-Teste do Instrumento de Coleta de Dados

Para a elaboração do modelo definitivo das entrevistas, utilizou-se como base não somente a fundamentação teórica deste trabalho, mas também um pré-teste com o objetivo de identificar e/ou validar, num primeiro momento, as alternativas mais relevantes para cada pergunta.

Começamos aplicando um pré-teste, um total de 10 entrevistas, no qual identificamos alguns problemas semânticos e a falta de algumas alternativas como opção de resposta. Afinal, como observa Richardson et al. (1999), em investigações dessa natureza o número de menções a respeito de determinado item é um indicativo da sua importância. Dessa forma, realizamos as devidas correções e/ou adaptações.

3.2.5 Instrumento Definitivo de Coleta de Dados

A entrevista possui 21 perguntas fechadas, ou seja, com no mínimo 8 alternativas para cada, das quais o entrevistado somente poderia optar por uma delas. Anexa à entrevista está uma folha, em branco, que foi entregue ao entrevistado para elaboração do seu mapa mental.

Na elaboração do modelo do instrumento de coleta de dados foram observadas as recomendações de Mattar (1996), Viegas (1999) e Richardson et al. (1999), quanto a não utilização de frases longas ou com múltiplas idéias, bem como de expressões técnicas e ambíguas. Tais recomendações permitem ao entrevistado

maior clareza e objetividade quanto à compreensão das expressões utilizadas no instrumento de pesquisa.

O modelo definitivo da entrevista encontra-se no Apêndice A.

3.2.6 Aplicação do Instrumento de Coleta de Dados

A aplicação das entrevistas ocorreu nos meses de outubro e novembro de 2002. Observando sempre a faixa etária e a quantidade de entrevistas por bairro, a coleta de dados se deu de forma voluntária, respeitando o direito de privacidade e a garantia de que as informações prestadas não teriam outra finalidade.

Quando da aplicação das entrevistas, utilizou-se o método de comunicação **não disfarçada**, ocasião em que foi esclarecida ao entrevistado a relevância de sua participação nessa pesquisa.

Na oportunidade, realizamos as entrevistas individualmente, fazendo somente a pergunta e a leitura das alternativas. Após o término das perguntas, entregava-se a folha em branco e solicitava-se ao entrevistado que desenhasse o seu mapa mental da cidade e que indicasse com uma seta para a posição norte da cidade.

Após essa etapa, as entrevistas proporcionaram uma variedade de respostas, que foram digitadas em uma planilha para cálculo de variância.

CAPÍTULO IV

APRESENTAÇÃO, ANÁLISE DESCRITIVA E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

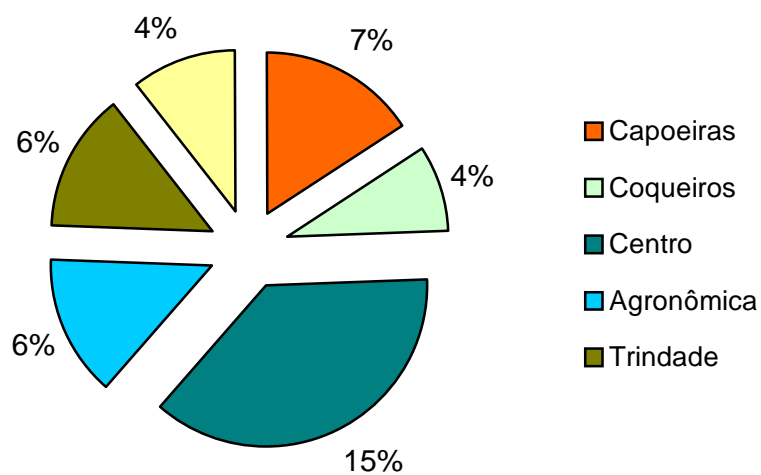
4.1 Análise dos Dados Sócio-Biográficos da População

São nos núcleos urbanos que encontramos certamente uma heterogeneidade marcante no que diz respeito ao complexo humano.

Observou-se nesta pesquisa uma grande variedade de níveis culturais, profissionais, etários e de procedência.

A distribuição da população apresentou-se conforme planilha no Apêndice B, nas 71 unidades de observação, perfazendo um total de 243.959 habitantes. A seguir, poderemos observar os gráficos que ilustram os dados sócio-biográficos da população entrevistada.

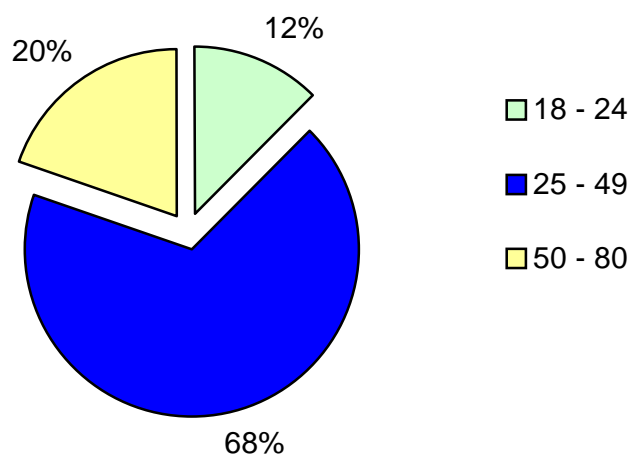
Com relação à **população por bairros**, pode-se observar claramente uma maior concentração de moradores nos bairros: Centro, Agronômica, Trindade, Saco dos Limões, Capoeiras e Coqueiros, onde se concentram 42% da população do município, sendo que os demais 58% da população estão distribuídos nas outras 65 unidades de observação listadas na planilha do Anexo A. O Gráfico 1 ilustra melhor essa situação



Fonte: Pesquisa da autora (2002).

Gráfico 1: População por bairro

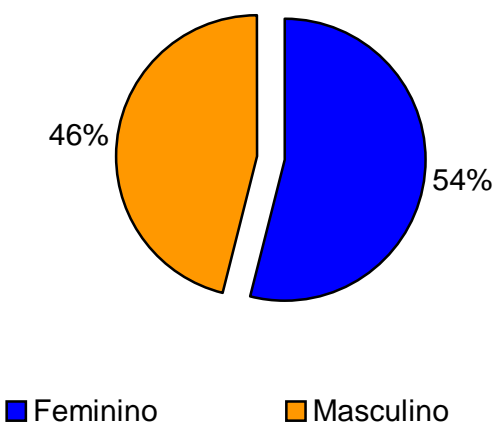
As **faixas etárias** da população entrevistada foram divididas em três (18-24; 25-49 e 50-80) para melhor compreendermos os fenômenos estudados, os quais denotam os vários períodos dos estágios perceptivos e assim pudemos conciliar a análise com nossos objetivos propostos. Fica evidente que a maioria da população do município, praticamente 70%, tem entre 25 e 49 anos, o que vale dizer que a maioria da população é economicamente ativa e está em pleno gozo de sua vida profissional. O Gráfico 2 ilustra melhor essa situação:



Fonte: Pesquisa da autora (2002).

Gráfico 2: Percentual de idade dos entrevistados

Quanto à distribuição da população entrevistada, em relação ao **gênero**, podemos observar que há uma maioria feminina, ou seja, 8% com um total de 11 mulheres a mais, porcentagem essa maior que a da população total do município, onde a diferença é de apenas 3%, o que corresponde a 10.000 mulheres a mais. O Gráfico 3 ilustra melhor essa situação:

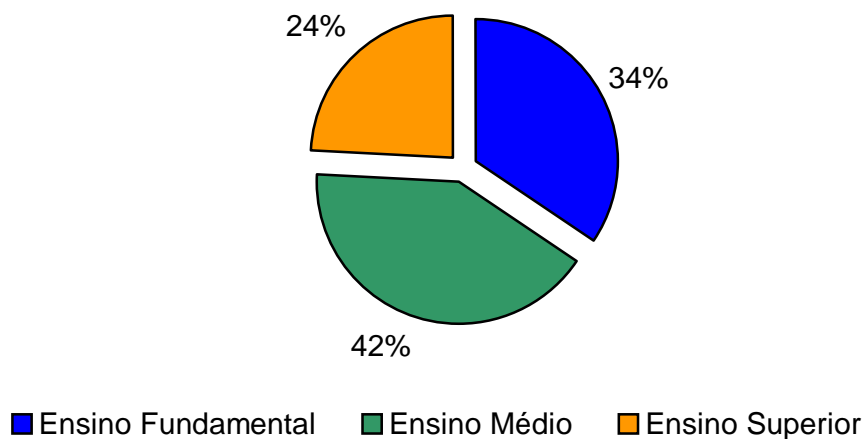


Fonte: Pesquisa da autora (2002).

Gráfico 3: Gênero dos entrevistados

Com referência ao **grau de instrução** dos entrevistados, pode-se observar um equilíbrio entre os ensinos fundamental e médio, os quais somam 76% da população, o que vale dizer que, a maioria não teve acesso à universidade, uma vez que 70% da população do município têm entre 25 e 49 anos e 20% da população têm entre 50 e 80 anos.

Observa-se aqui uma potencialidade para o planejamento na área educacional do município. O Gráfico 4 ilustra melhor essa situação:

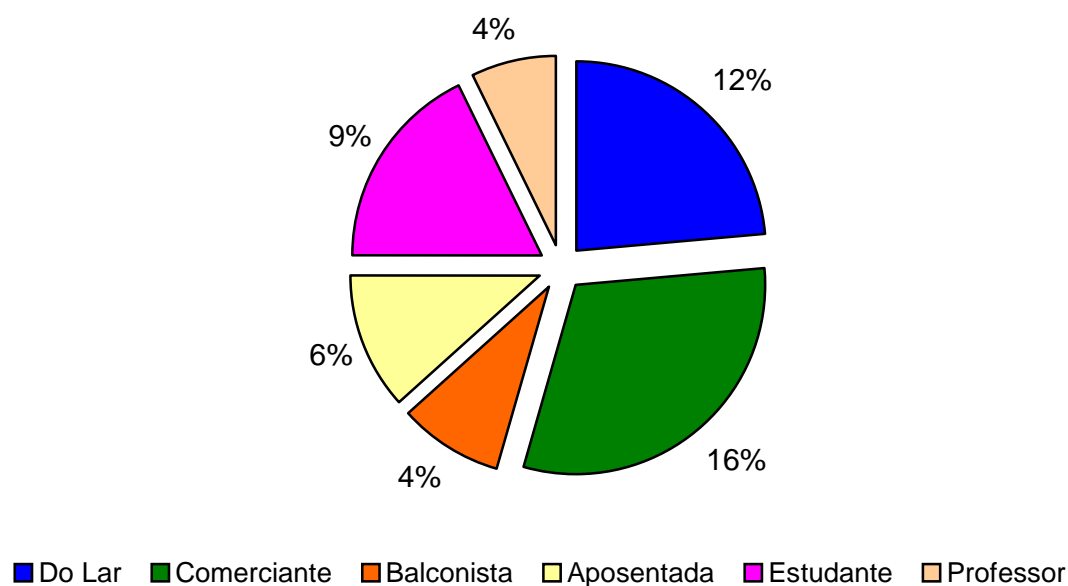


Fonte: Pesquisa da autora (2002).

Gráfico 4: Grau de instrução dos entrevistados

Com relação à **classificação profissional**, podemos observar que a metade da população entrevistada classifica-se entre seis tipos de profissões, com um predomínio para atividades no comércio, as quais corroboram para a uma das vocações do município.

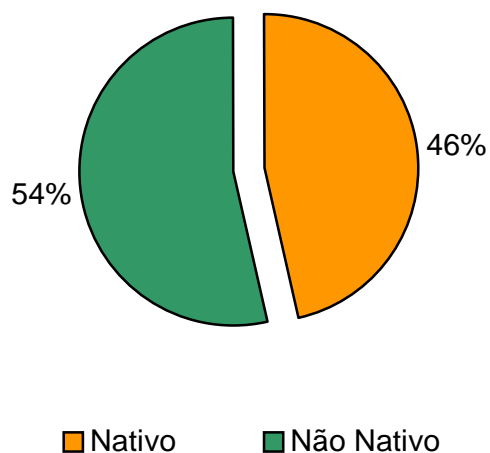
Levando em consideração o grau de instrução e a profissão da população, pode-se observar um determinado estilo de vida, o qual é uma expressão nata da estratificação social, que compõe um dos setores que mais crescem no mundo, que é o de prestação de serviços. Importante salientar que esse perfil profissional da população também irá influir na percepção da mesma. O Gráfico 5 ilustra melhor essa situação:



Fonte: Pesquisa da autora (2002).

Gráfico 5: Categoria profissional dos entrevistados

Quanto à **naturalidade** dos entrevistados, observou-se um percentual maior, 8%, para os não nativos, o que influi bastante na percepção, pois como já foi citado nesta pesquisa por Tuan: “o nativo tem uma complexa e derivada percepção de sua imagem por estar imerso na totalidade de seu meio ambiente. Sua expressão é uma forma complexa de acordo com o mito e valores locais do meio. A avaliação do meio por um estranho obedece a critérios estéticos, regulados por um juízo de valor inerente ao visitante”. O Gráfico 6 ilustra melhor essa situação:



Fonte: Pesquisa da autora (2002).

Gráfico 6: Procedência dos entrevistados

4.1.2 Percepção e Imagem da Cidade pela População

A forma de experimentar o meio urbano é muito particular. Os processos de uso e ocupação do solo conferem a cada sítio urbano uma estrutura espacial

interna que pode ser espontânea ou planejada dependendo das circunstâncias e intervenções. No transcorrer da gênese do sítio, muitos fatos e/ou incidentes ocorrem significativamente marcando para essa população uma identidade de lugar e uma imersão na totalidade dos acontecimentos de seu espaço.

A forma de utilização do solo urbano é estruturada para atender a demandas que venham tornar-se necessárias como, por exemplo, o transporte; e outros elementos interagem conjuntamente para que esses processos espaciais se evidenciem e assim, modifiquem a paisagem urbana. Nesses relacionamentos com a cidade ocorrerão semelhanças e contrariedades, confirmando a capacidade de responder diferentemente aos estímulos que o meio sugere.

O tempo é outro elemento que condiciona a retentividade em estágios sucessivos de aprendizagem para o aprimoramento do desenvolvimento e do conhecimento, locomoção e percepção referencial da cidade.

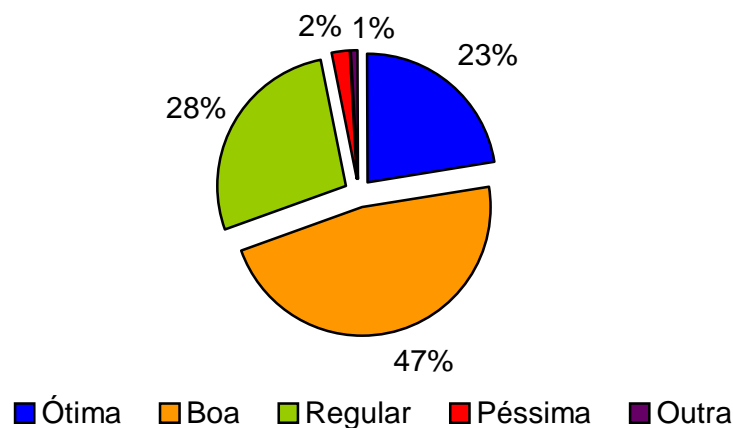
Os elementos motores da percepção serão vistos através da imaginabilidade, legibilidade e percepção ambiental, sendo considerados os elementos suporte para a percepção na cidade.

4.1.2.1 Análise da Percepção e da Imagem da Cidade

A primeira impressão que se procurou obter da população foi o que Florianópolis representa para os seus habitantes de um modo geral, expressando de forma sumarizada a idéia de todo o espaço em uma concepção perceptiva única, em uma escala extrema.

Inúmeras foram as referências citadas pela população pesquisada, nas quais verificamos a variedade e a capacidade de abstração de um espaço como a ilha de Santa Catarina, em que ficaram evidentes vários juízos de valor correspondentes às percepções aprazivas. Os julgamentos de valor assim representados nos dão uma idéia do que a ilha de Santa Catarina é capaz de forjar na mentalidade da sua população, dessa forma faz jus ao seu título de “**ilha da magia**”.

O Gráfico 7 abaixo identifica, conforme cita Cox (1982), as percepções aprazivas a respeito de Florianópolis:



Fonte: Pesquisa da autora (2002).

Gráfico 7: A vida em Florianópolis

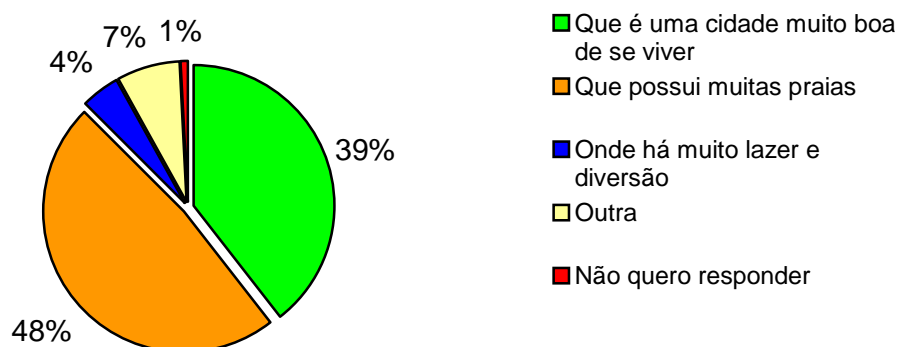
Como Florianópolis possui 42 praias, essas são as referências marcantes, com 48% de citações para justificar o que lembra Florianópolis.

Apesar de inúmeros problemas sociais devido a não concomitância entre planejamento e crescimento, pode-se observar que ainda perdura a imagem bucólica e rica em belezas naturais, pois 39% da população lembram Florianópolis

como uma “cidade muito boa para se viver”, o que ratifica os 47% da população que acham a sua “vida em Florianópolis” boa.

Essas duas categorias revelam o montante expressivo da percepção sobre a ilha de Santa Catarina. Vale salientar que entre os 7% que responderam “outra opção” foram dadas referências à Ponte Hercílio Luz, à Catedral Metropolitana, à afetividade da população e ainda a própria condição de que a cidade é simplesmente uma “ilha”.

Verificou-se também, em relação a nativos e não nativos que as impressões foram as mesmas, verificando-se uma equivalência de percepção e juízo de valor semelhantes. O mesmo se deu em relação ao grau de instrução, à idade, ao sexo e à profissão. Houve uma certa regularidade na forma de julgar as aprezividades. O Gráfico 8 ilustra melhor essa situação:

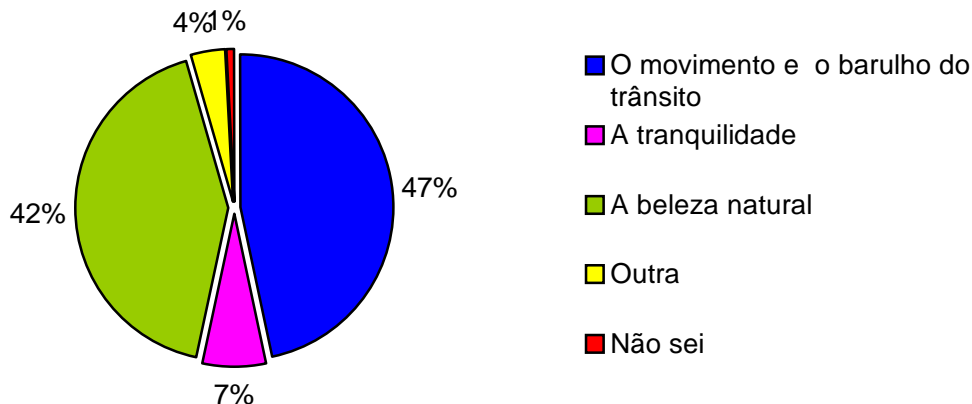


Fonte: Pesquisa da autora (2002).

Gráfico 8: O que lembra Florianópolis

Com relação à percepção observada durante o dia e durante a noite sobre a cidade, há algumas diferenças óbvias pelos aspectos assumidos pela própria cidade nessas duas condições.

A percepção durante o dia reflete as imagens mais apreendidas no meio urbano e são efetivamente as que integram os observadores ao seu meio como já foi observado no gráfico 4.7. É interessante ressaltar que 47% dos entrevistados observaram o “movimento e o barulho do trânsito”, o que se observa que para esses 47% a percepção de conjunto da cidade se dá principalmente em relação ao centro da cidade, embora 42% da população entrevistada percebam as belezas naturais, o que ratifica mais uma vez a percepção de que a cidade é lembrada por possuir muitas praias e belezas naturais. Dentre os 4% que responderam “outra opção”, as alternativas citadas foram: ponte Hercílio Luz, as ruas limpas, o aumento da pobreza, os shoppings, a figueira da praça XV, a beleza das mulheres e o próprio povo. O Gráfico 9 ilustra melhor essa situação:

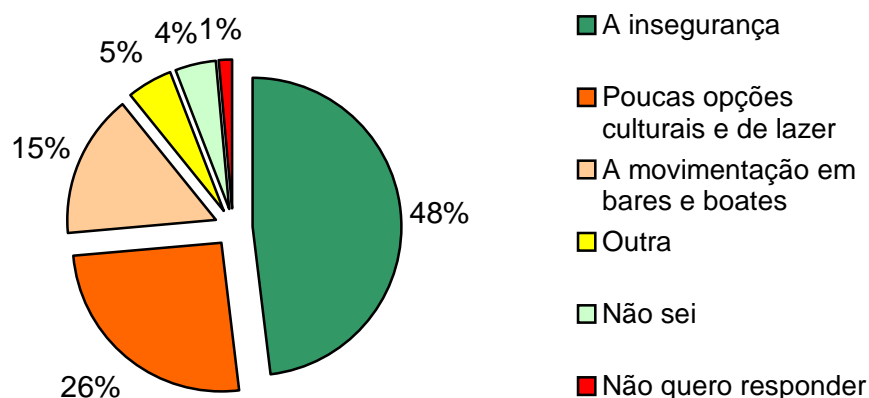


Fonte: Pesquisa da autora (2002).

Gráfico 9: A percepção durante o dia na cidade de Florianópolis

Durante a noite a percepção, como já era de se esperar, difere bastante da realidade diurna. Quase metade dos entrevistados percebe a falta de segurança,

apesar de que entre os 5% que responderam “outra opção”, encontra-se algumas vezes citada a alternativa “tranqüilidade”. O Gráfico 10 ilustra melhor essa situação:



Fonte: Pesquisa da autora (2002).

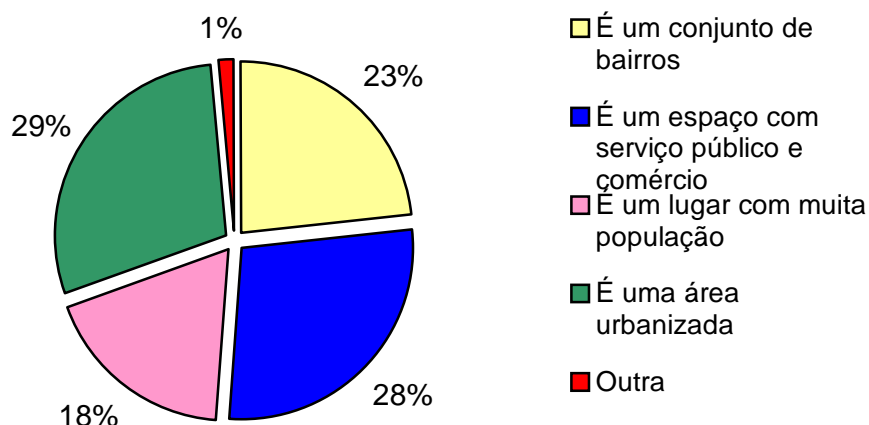
Gráfico 10: A percepção durante a noite na cidade de Florianópolis

Com relação ao conceito de cidade, é interessante lembrar que o termo “cidade” é a sede de um município, e como tal, pode integrar em seu conceito todas as opções, ressaltando apenas a alternativa “lugar com muita população”, escolhida por 18%, uma vez que a existência de uma cidade não implica um número grande de habitantes. Como as alternativas se completam, o resultado foi lógico, uma vez que o entrevistado poderia escolher apenas uma alternativa.

Fica evidente que para os Florianopolitanos a cidade é definida como um conjunto físico, delimitado por bairros, serviços públicos e comércio e população.

Pode-se observar que é uma definição bem diferente da de bairro, na qual 41% dos entrevistados vêem o bairro como “uma comunidade com afinidades”, o que é uma definição topofílica, classificando o bairro como um local onde as pessoas

têm objetivos comuns, imaginando uma homogeneidade entre os diferentes grupos que compõem a cidade. O Gráfico 11 ilustra melhor essa situação:



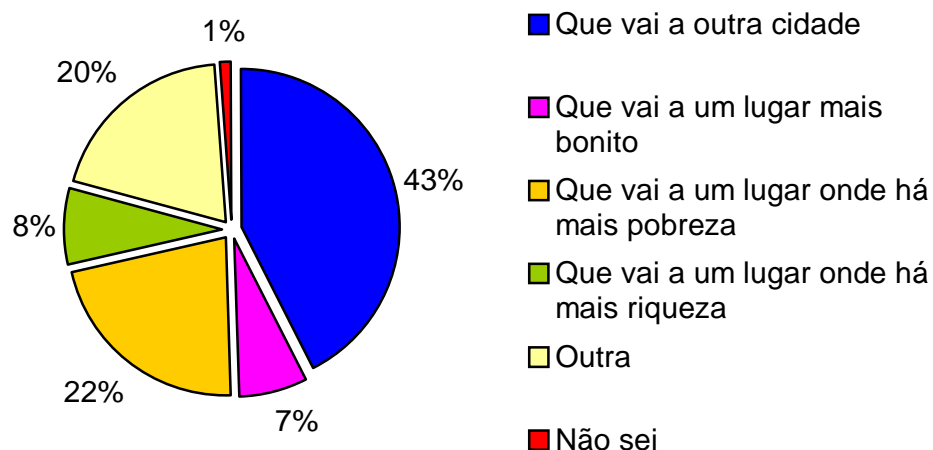
Fonte: Pesquisa da autora (2002).

Gráfico 11: Definição de cidade

Integrando também o município de Florianópolis, a parte continental é ligada à insular por meio de três pontes, sendo que uma está em desuso e tombada como patrimônio histórico do município. Em atividade estão as pontes Colombo Sales – sentido ilha-continente e Pedro Ivo Campos – sentido continente-ilha. A questão foi feita aos entrevistados com o objetivo de captar-lhes a impressão que têm ao fazer a travessia de um lado para outro. Como se pode observar nos Gráficos 13 e 14 houve uma significativa diferença de percepção entre os moradores da ilha e os do continente. Cabe ressaltar que 43% dos moradores da ilha, quase a metade dos entrevistados, têm a percepção de que “vão a outra cidade”, e 22% têm a percepção de vão a um “lugar com mais pobreza”, expressando assim, um

sentimento topofílico maior em relação à ilha no momento em que atravessam a ponte.

Não podemos deixar de destacar os 20% que escolheram “outra opção” fazendo referência, principalmente, “acho uma extensão ou um bairro da ilha”; “acho mais movimentado”; “acho mais inseguro”; “acho que faltam os mesmos investimentos que há na ilha”; “acho que o custo de vida é menor” ou alternativa como: “a impressão que dá é que não quero sair da ilha”. Algumas dessas impressões também serão compartilhadas pelos habitantes do continente. Os Gráficos 12 e 13 ilustram melhor essa situação:



Fonte: Pesquisa da autora (2002).

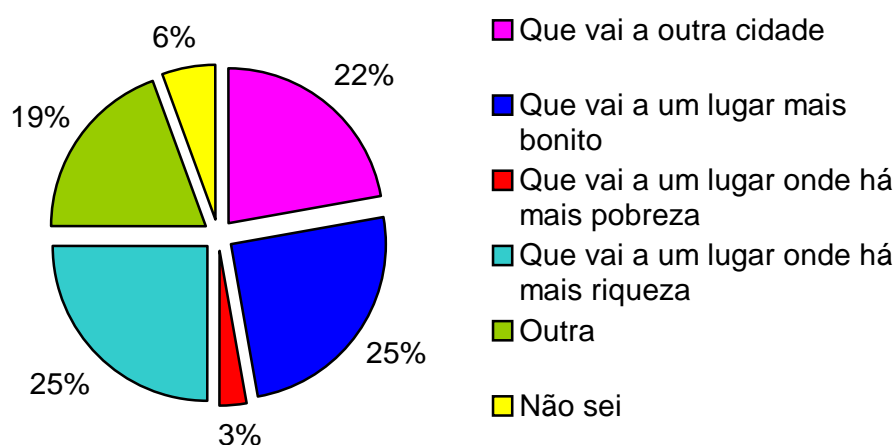
Gráfico 12: Percepção através da travessia das pontes – sentido ilha-continente

É interessante observar o quanto à percepção dos moradores do continente se difere da dos ilhéus no que tange à topofilia.

Apenas 22% dos entrevistados acham que “vão a outra cidade” e, somando aos 50% que acham que “vão a um lugar mais bonito” e que “vão a um lugar onde há mais riqueza”, fica evidente que a “magia da ilha” encanta e mantém aceso o desejo de sempre visitá-la ou de até habitá-la.

Vale sempre lembrar que até os anos 60 o continente era a parte nobre da cidade, seus balneários possuíam toda a infra-estrutura para atender aos veranistas e banhistas, principalmente, moradores da ilha. A situação se inverteu à medida que as praias da ilha foram ficando mais acessíveis e, na mesma proporção, a poluição tomou conta dos balneários do continente.

Entre os 19% dos entrevistados que apontaram “outra opção”, pode-se ressaltar “a continuidade da cidade” e “lugar onde há mais movimento e comércio”. O Gráfico 13 ilustra melhor essa situação:



Fonte: Pesquisa da autora (2002).

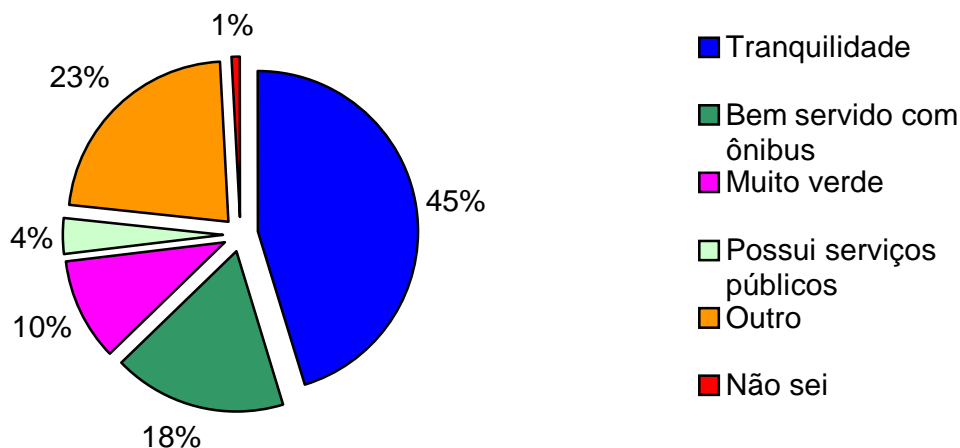
Gráfico 13: Percepção através da travessia das pontes – sentido continente-ilha

4.1.3 Percepção e Imagem do Bairro pela População

O bairro é, sem dúvida, o elemento onde existe um conhecimento articulado bem mais tangível, o que pode ser medido não só pelas entrevistas, mas sim pelos mapas mentais.

A percepção do bairro apresentou uma regularidade entre os entrevistados como se pode observar nos Gráficos 15 e 16. Verificou-se que 45% dos entrevistados gostam do seu bairro porque é “tranquilo”. Deve-se ressaltar aqui que tranquilidade não é uma percepção, e sim, uma forma de conceber o espaço do bairro como aliado às condições de qualidade de vida digna.

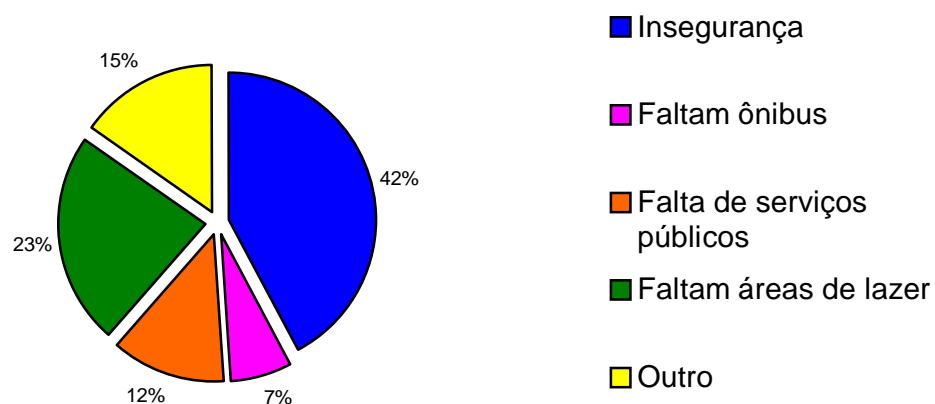
Quanto à estrutura do bairro, foram consideradas todas as variantes infraestruturais que o poder público deve e pode oferecer à população, mesmo assim, apesar de somente 4% gostarem do bairro porque possui “serviços públicos”, 18% consideram o bairro “bem servido com ônibus”. O gráfico 14 ilustra melhor essa situação:



Fonte: Pesquisa da autora (2002).

Gráfico 14: O que mais gosta no bairro onde mora.

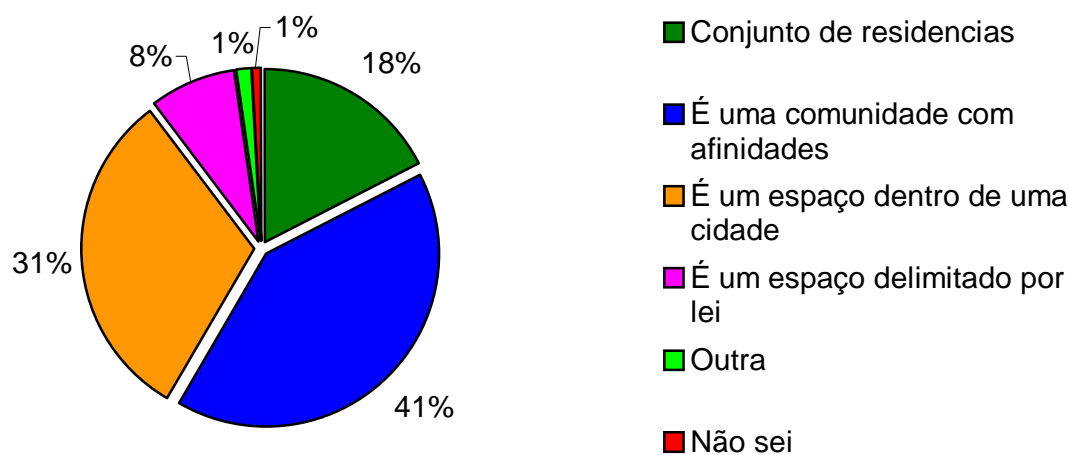
É interessante observar que quando perguntados sobre o que menos gostam no bairro onde moram, 42% responderam que não gostam da “insegurança”, ou seja, ao mesmo tempo que 45% gostam da tranquilidade do bairro, praticamente a mesma percentagem de entrevistados observa a gradual perda da mesma. Vale ressaltar também que 23% observam a falta de áreas de lazer; 12% observam a falta de serviços públicos e 7% observamos poucos horários de ônibus. Como esses três últimos fatores são, efetivamente, deveres do poder público de fornecer ou fiscalizar, podemos considerar 42% percebe a falta de investimentos ou o descaso com seu bairro por parte da prefeitura do município. Ainda com relação ao gráfico 4.14, cabe ressaltar que 23% responderam “outra opção” dentre as quais: “não gosto de nada”; “é bem localizado”; “é próximo à UFSC”; “possui praia” e “próximo ao local de trabalho”. Já entre os 15% que escolheram “outra opção” para o gráfico 4.13, as alternativas variaram entre: “não há nada que eu não goste”; “muito barulho”; “falta coleta de esgoto”; “problemas de trânsito”. O Gráfico 15 ilustra melhor essa situação:



Fonte: Pesquisa da autora (2002).

Gráfico 15: O que menos gosta no bairro onde mora.

Quanto ao conceito do bairro, procurou-se investigar a subjetividade com relação ao que o bairro representa no consenso popular. A referência predominante, como se pode observar, é que praticamente a metade dos moradores do bairro, 41%, considera o bairro “uma comunidade com afinidades”, o que representa um laço topofílico muito forte em relação ao local onde residem. A percepção de redução do espaço foi escolhida por 31% dos entrevistados e, contrariando conceitos urbanísticos, apenas 18% vêem o bairro como “um conjunto de residências”. Tal fato corrobora o conceito que 23% têm de cidade, com o qual definiram que é “um conjunto de bairros”. Pois se considerarmos que um conjunto de residências forma uma quadra, várias quadras formam um bairro e vários bairros formam uma cidade, podemos verificar que laços topofílicos se sobrepõem a tal conceito. O Gráfico 16 ilustra melhor essa situação:

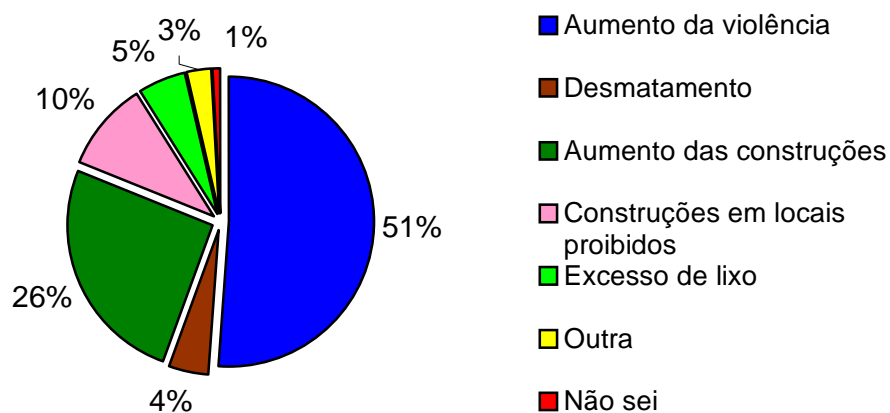


Fonte: Pesquisa da autora (2002).

Gráfico 16: Definição de bairro

Com relação à percepção das imagens ambientais sumarizadas no Gráfico 18, refere-se às mudanças ambientais que vêm ocorrendo nos últimos tempos, e servirão para identificar a retentividade da população nos aspectos de imaginabilidade e, se essas estruturas apreendidas no meio fazem parte do seu mapa mental atual.

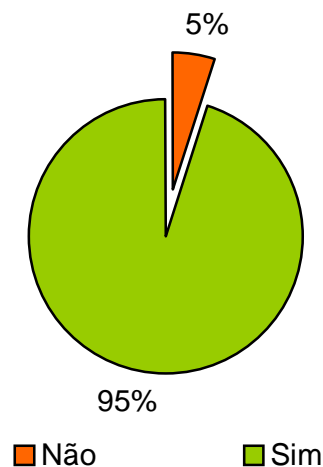
É impressionante a porcentagem de entrevistados, 51% que citaram “o aumento da violência”, situação essa que não é considerada como uma mudança no meio ambiente e sim, uma forma de conceber o espaço. Cabe ressaltar que somente 5% acham que a principal mudança ambiental é o “desmatamento”. Porém, 26% acham que a principal mudança em seu bairro é “o aumento das construções”, e 10% vêem que a mudança é de “construções em locais proibidos”. Ocorre uma descontinuidade perceptiva entre o desmatamento e as construções, já que o mesmo foi uma consequência das construções. O Gráfico 17 ilustra melhor essa situação:



Fonte: Pesquisa da autora (2002).

Gráfico 17: Percepção das mudanças ambientais no bairro

Abaixo pode-se observar a porcentagem dos entrevistados que possuem um senso de lugar definido através da delimitação de seu bairro. Questionados se sabiam quais os bairros que faziam limite com seu bairro, 95% responderam que “sim”. Porém, em uma segunda pergunta, solicitando para que relacionassem os bairros, o percentual de acerto total cai para 30%. Dos 130 entrevistados que diziam saber quais os limites de seu bairro, apenas 38 responderam de acordo com a classificação do IPUF. Os demais 92 entrevistados acrescentaram bairros muito distantes ao seu ou subtraíram bairros vizinhos. O Gráfico 18 ilustra melhor essa situação:



Fonte: Pesquisa da autora (2002).

Gráfico 18: Você sabe quais os bairros vizinhos ao seu?

4.1.4 Análise dos Mapas Mentais da População

Todas as imagens apreendidas no meio podem sumarizar-se em uma expressão mapeada na realidade, que é um determinado conhecimento resultante de uma elaboração reflexiva após uma percepção efetiva.

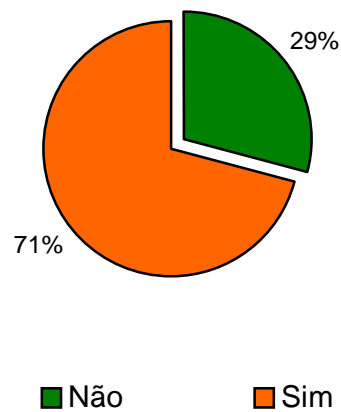
Através dos mapas mentais temos a verdadeira significância da percepção da cidade em seus aspectos e níveis de abrangência, nos quais se pode fazer um diagnóstico do perfil perceptivo da população do município.

Tanto os mapas mentais dos nativos como dos não nativos foram considerados em sua totalidade por estarem imersos no conhecimento do seu espaço. A legibilidade ou conhecimento profundo da cidade aparece em uma escala muito pequena levando em consideração a estrutura apresentada como um mínimo essencial, haja vista que 34% dos entrevistados não fizeram o seu mapa mental por desconhecerem totalmente o traçado e a geografia da cidade ou sequer do bairro onde moram. Os mapas mentais apresentados podem ser classificados em três tipos:

1. Mapas mentais com pouca legibilidade
2. Mapas mentais com legibilidade considerável
3. Mapas mentais e etnocentrismo
4. Mapa mental inexistente

Antes de solicitarmos para que, ao fazerem seu mapa mental, indicassem com uma seta a posição norte em relação à sua posição, perguntávamos se sabiam onde ficava o norte. Como se pode observar, 71% dos entrevistados responderam

que sabiam, porém, na análise dos mapas mentais essa porcentagem cai para 25,5% de acerto. O Gráfico 19 ilustra melhor essa situação:



Fonte: Pesquisa da autora (2002).

Gráfico 19: Onde fica o norte?

❖ Mapas mentais com pouca legibilidade

56,5% dos entrevistados apresentaram mapas mentais com pouca legibilidade.

Nesses tipos de mapas mentais são expressas continuidades perceptivas, verificando-se articulações vagas com elementos importantes, os quais veiculam todas as formas de orientação a partir dele. Existe uma pauta básica e a partir dela ocorre uma irradiação de referenciais.

Neste tipo de representação ocorre a falta de conhecimento e articulação do traçado urbano, aparecendo estruturas segmentarias que se completam a um destino, existindo alguns pontos referenciais que exprimem conhecimentos causais. Ocorre a falta de imaginabilidade para ligar pontos e locais de referência. Geralmente, são pessoas que vão pouco à cidade ou quando vão fazem sempre o mesmo trajeto, que foi o referenciado. A falta de domínio espacial é aliada à inexperiência ambiental. Podem aparecer referências unitárias como expressão da totalidade da cidade, representando todo o complexo urbano por um elemento de forte atração perceptiva. Alguns lançam pontos iniciais, intermediários e finais com elementos referenciais no caminho, entretanto, podem ocorrer difusões que divergem a percepção, desestruturando a continuidade e o inter-relacionamento.

Outros mapas mentais ficam ligados a pontos referenciais e posteriormente ficam sem conexão espacial. Ocorre o predomínio das funções explicadoras, reduzindo a percepção da realidade. Em alguns não existem estágios seqüenciados, pois se não existem estímulos precedentes não ocorrerá percepções coerentes e tangíveis, as quais possam ser observadas nos mapas mentais. Inexiste a organização psicológica já que o estágio estrutural e das etapas de formalização não são apreendidos. Outro ponto a considerar é a singularidade, pois à medida que os observadores vão adquirindo imagens ambientais, suas imagens vão se reduzindo.

Alguns desses exemplos podem ser vistos no Anexo C.

❖ Mapas mentais com legibilidade considerável

10% dos entrevistados apresentaram mapas mentais com uma legibilidade considerável. Nesses mapas mentais expressa-se uma continuidade de percepção, verificando-se articulações com elementos importantes e profundos em suas formas referenciais, através de conexões, orientações, visualização e senso de lugar. Pode-se ser considerado como a expressão básica do traçado urbano, não existindo predomínio de imagens, mas sim, um inter-relacionamento visual, demonstrando um domínio do complexo urbano.

Essas imagens estão quase impregnadas de um sentido prático. Aparece uma hierarquia no mapa que é obedecida na hora do traçado. A explicitação de cada representação mental é um grau de apuramento. O domínio do traçado de maneira geral não existe, pois é difícil controlar a dinâmica da cidade e seus processos interativos.

Alguns desses exemplos podem ser vistos no Anexo D.

❖ Mapas mentais e etnocentrismo

O etnocentrismo ficou explícito em 18% das representações mentais realizadas, nas quais também se verificou o fraco poder de locomoção sem um ponto referencial básico.

A forma como são organizadas as percepções e a sua representação podem aparecer em situações que comprovem um modo de referência locacional diferente das demais, caracterizando um tipo de representação mental, sendo

chamada de percepção etnocêntrica. As referências iniciam-se pelo local de moradia ou de um ponto e a partir dele ocorre a irradiação.

Alguns desses exemplos podem ser vistos no Anexo E.

❖ Mapas mentais inexistentes

34% dos entrevistados não souberam fazer o seu mapa mental, demonstrando assim, uma total falta de conhecimento tanto de seu espaço local, no caso o bairro onde mora, como também nenhum domínio espacial relação à cidade onde mora.

Um exemplo pode ser visto no Anexo F.

4.1.5 Topofilia e Desirabilidade Residencial

Os sentimentos que envolvem o homem e o ambiente podem ser expressos através de relações espaciais conhecidas como sentimentos topofílicos. A topofilia em sua forma mais aprimorada pode ser avaliada em termos de **desirabilidade residencial**, na qual serão identificados os bairros onde os entrevistados gostariam de morar e por quê.

Um fato curioso é que 36% dos entrevistados sequer cogitam a possibilidade de mudar de bairro, o que reflete um forte sentimento topofílico. É interessante observar que há uma regularidade para os bairros mais referenciados, não somente em percentagem de escolha como também no tipo do bairro, pois são bairros grandes e bastante populosos. Houve até a referência que nesse tipo de

bairro, apesar de grande e populoso, o custo de vida é menor. É interessante observar que ao mesmo tempo que entre os bairros considerados pela população como os mais desejáveis, constata-se que a maioria de seus moradores gostariam de mudar para outro, com exceção do bairro da Lagoa. A seguir, pode-se observar na Tabela 1 a porcentagem topofílica por bairro:

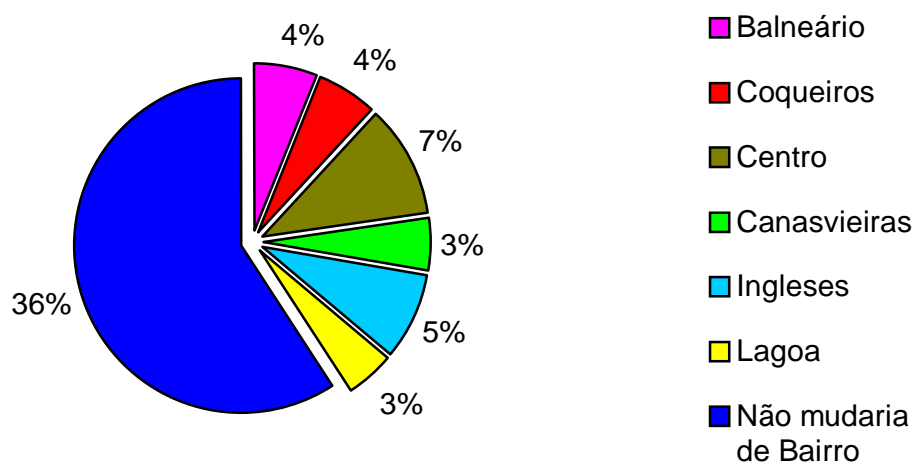
Bairro	Gostaria de mudar de bairro	Não mudaria de bairro
Centro	67%	33%
Agrônômica	63%	37%
Trindade	75%	25%
Santa Mônica	100%	
Pantanal	100%	
Córrego Grande	100%	
Itacorubi	50%	50%
João Paulo	100%	
Monte Verde		100%
Saco Grande	50%	50%
Santo Antônio de Lisboa		100%
Sambaqui		100%
Jurerê		100%
Canasvieiras	50%	50%
Cachoeira do B. Jesus		100%
Ponta das Canas	100%	
Vargem Grande	100%	
Vargem do B. Jesus	100%	
Inglese	100%	
Santinho		100%
Capivari	75%	25%
Rio Vermelho		100%

Bairro	Gostaria de mudar de bairro	Não mudaria de bairro
Barra da Lagoa		100%
Lagoa		100%
Rio Tavares	100%	
Campeche	50%	50%
Morro das Pedras	100%	
Armação	100%	
Pântano do Sul	100%	
Ribeirão	50%	50%
Tapera	67%	33%
Carianos	100%	
Ressacada		100%
Costeira	100%	
Saco dos Limões	100%	
José Mendes		100%
Estreito		100%
Canto	50%	50%
Balneário	50%	50%
Coqueiros	60%	40%
Itaguaçu	100%	
Bom Abrigo		100%
Abraão	100%	
Jardim Atlântico	40%	60%
Capoeiras	78%	22%
Coloninha	100%	
Monte Cristo	75%	25%

Fonte: Pesquisa da autora (2002).

Tabela 1: Sentimento topofilico por bairro

Os outros 38% que não aparecem no gráfico ficaram divididos entre os demais bairros do município, na maioria os que possuem praia. O Gráfico 20 nos indica os bairros mais desejáveis do município de Florianópolis:

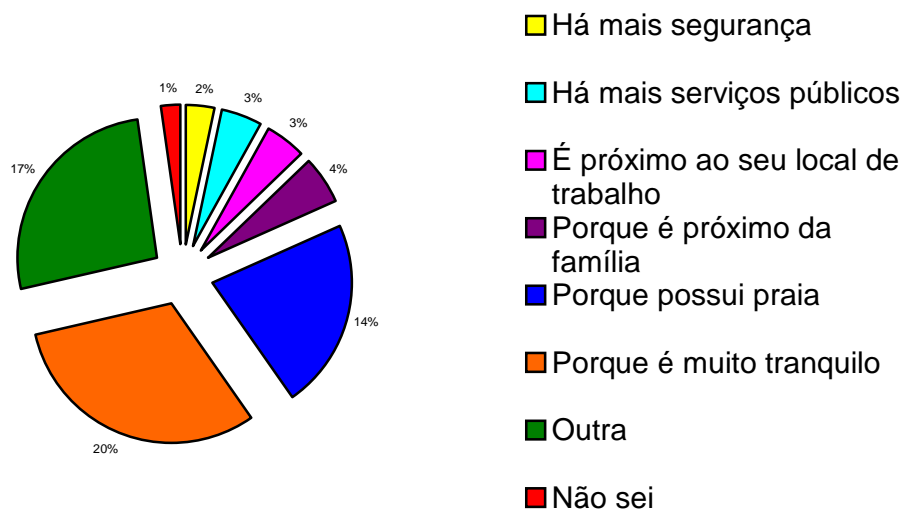


Fonte: Pesquisa da autora (2002).

Gráfico 20: Percentual de desirabilidade

Em seguida perguntava-se ao morador, por que gostaria de mudar de bairro caso o desejasse e, mais uma vez aparece com 20% a característica da “tranquilidade”, a qual é uma forma de conceber o espaço onde moram. Dentre os 17% que escolheram “outra opção”, foram citados como características do bairro em que gostariam de morar: “a identidade com o bairro”; “os amigos”; “um bairro organizado” (referindo-se a Jurerê Internacional; “um bairro homogêneo” (referindo-

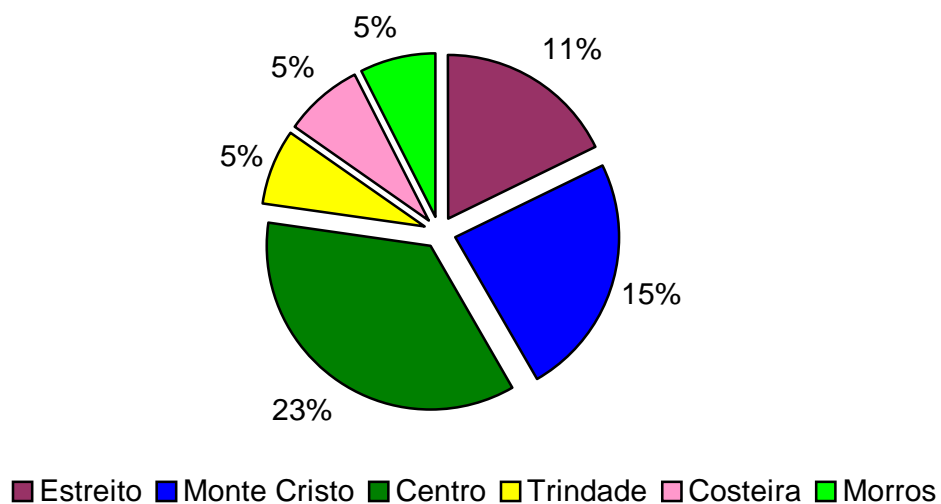
se à localidade Parque São Jorge) e a “maior oferta de serviços” para outros bairros escolhidos. O Gráfico 21 ilustra melhor essa situação:



Fonte: Pesquisa da autora (2002).

Gráfico 21: Por que razão gosta de outro bairro

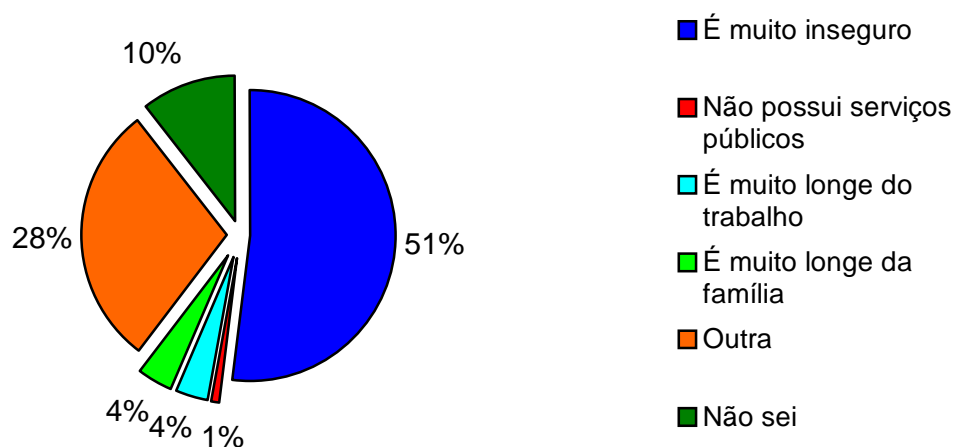
Perguntados em qual bairro não gostariam de morar em hipótese alguma, o Centro foi o mais citado com 23% de referências, apesar de 10% ter escolhido o centro da cidade como bairro onde gostaria de morar. Na seqüência, os bairros Monte Cristo com 15% e Estreito com 11% lideram as áreas não desejáveis da cidade de Florianópolis. O Gráfico 22 ilustra melhor essa situação:



Fonte: Pesquisa da autora (2002).

Gráfico 22: Percentual de não desirabilidade

Questionados por que não gostam do referido bairro, 51% dos entrevistados responderam que o acham muito “inseguro”. Dentre os 28% que escolheram “outra opção”, estão, principalmente, o fato de o bairro ser “muito movimentado”; “mal organizado”; “não ter atrativo” ou “não haver identificação” com o bairro referido. O Gráfico 23 ilustra melhor essa situação:



Fonte: Pesquisa da autora (2002).

Gráfico 23: Por que razão não gosta do referido bairro

4.2 A Percepção dos Órgãos de Planejamento Urbano de Florianópolis

O poder público também se faz representar à população por órgãos de planejamento urbano, os quais têm um determinado juízo de valor, refletido pelo Plano Diretor que elaboram para o município.

4.2.1 Primeiro Plano Diretor de Florianópolis

O primeiro Plano Diretor da cidade de Florianópolis foi realizado na gestão do prefeito Paulo de Tarso da Luz Fontes e aprovado pela lei 246/55. O estudo iniciado não teve cunho de um Plano Diretor, e sim um levantamento de fontes que impediam a gerência administrativa municipal e das condições do ambiente urbano da cidade. Verificaram-se as suas deficiências com projeções futuras para um possível crescimento da economia com medidas administrativas locais, com vistas a impulsionar o desenvolvimento da cidade.

Os dados disponíveis para a realização do trabalho foram obtidos, principalmente, de um estudo de Dias (1947) sobre a estrutura urbana da cidade. Não havia por parte dos planejadores uma preocupação para a solução dos problemas existentes, uma vez que as medidas implementadas a partir do Plano Diretor não precisariam ser aplicadas em longo prazo, pois ficaria a cargo do administrador a tomada de decisão. Outra característica da época foi de dirigir o desenvolvimento da cidade para a criação do porto do Estreito, pois sem algum elemento gerador de riquezas a cidade não cresceria.

A implantação da Universidade Federal de Santa Catarina foi considerada por muitos como a mola impulsionadora para o desenvolvimento da cidade. Outros consideravam a universidade um empreendimento falido, uma vez que as pessoas interessadas em fazer um curso superior não viriam estudar na ilha, pois ficariam longe de grandes centros culturais e de atividades produtivas.

Na época o turismo já era considerado como uma fonte de recursos, mas como as localidades mais aprazíveis eram de difícil acesso, pensava-se no turismo como uma função acessória para a cidade.

Uma das medidas tomadas na época foi a da manutenção da ilha como centro de serviços e residências, sendo vetada a instalação de qualquer tipo de indústria. Como o Estreito já era uma área residencial, as instalações do parque industrial e do porto necessitariam de serviços que com o tempo seriam deslocados para lá, atendendo às atividades e serviços nesse novo pólo de desenvolvimento.

Havia-se então, norteado o desenvolvimento da cidade de forma a alocar todas as atividades produtivas e de serviços ao longo de um eixo principal, e a partir desses iria ocorrer a irradiação de todos os outros tipos de atividades. As funções de indústria, comércio e administração seriam exercidas ao longo de um eixo NE a SE, que partiria da ponta do Leal, passando pela ponte Hercílio Luz e se estenderia até a zona do aterro da baía sul. Como elementos mantenedores da estrutura plástica urbana, procurou-se manter as seguintes estruturas:

- As zonas residenciais definidas e arruamentos das áreas vacantes;
- A localização de áreas verdes para lazer, com desapropriações, se necessário;
- A caracterização de uma via tronco desde o Estreito até o aterro da baía sul, localizando nesses pontos todos os centros de atividades comerciais, administrativas e industriais;
- A criação de novas ruas e melhoramento das existentes por meio de recuos progressivos sem indenização.

Na época, a regulamentação do solo urbano ficou dividida em sete partes:

1. Zona industrial – ficará localizada no Estreito devido à facilidade de acesso, relevo e construção do futuro porto;

2. Zona comercial central na Ilha – Serão mantidas as condições originais dos serviços instalados e o comércio a varejo;
3. Zona comercial e residencial na Ilha – São considerados todos os tipos de comércio vicinais, como o centro da ilha. Era explícito que Florianópolis não podia comportar um comércio isolado dada a baixa frequência de consumidores;
4. Zona residencial na Ilha – Os requisitos para a área residencial eram a boa localização, o acesso fácil ao trabalho, as proximidades das áreas comerciais, um ambiente saudável e a impossibilidade de haver enchentes no local;
5. Zona comercial do Estreito – Devido à extemporaneidade das medidas a serem tomadas, considerou-se tomar as medidas necessárias na implantação do porto, uma vez que toda a estrutura poderia sofrer alterações.

Com relação às áreas verdes, as mesmas seriam obtidas através da redução dos terrenos de grandes dimensões, tudo acompanhado de uma legislação pertinente. Um dos elementos que já permaneciam mantidos na época era a Praça XV.

O centro universitário deveria estar mais próximo ao centro da cidade, pois na Trindade a universidade ficaria muito isolada.

A retificação do tronco viário deu um impulso para o desenvolvimento da cidade, pois a via tronco da ilha deveria seguir o litoral sul através da Avenida Rio Branco junto ao mar.

4.2.2 O Segundo Plano de Diretor de Florianópolis

A revisão do Plano Diretor de Florianópolis em 1976 foi para enquadrar a cidade dentro da realidade atual do crescente processo de urbanização sofrido pela cidade. A sistemática utilizada foi a CDP (Condicionantes, Deficiências e Potencialidades).

Os resultados da análise geral permitiam chegar a uma síntese global da realidade da área do Plano Diretor a partir do qual seriam realizados o macro-zoneamento e uma proposta para as áreas de ação. O macro-zoneamento comportava uma visão preliminar de ocupação do solo, definindo as áreas urbanizáveis e não urbanizáveis. As diretrizes programáticas definiriam três tipos de tomada de decisão: a manutenção, a recuperação e o desenvolvimento das variáveis envolvidas que possibilitassem o desenvolvimento das mesmas. O zoneamento final determinaria a situação na qual se encontrava a ocupação do solo urbano em termos de deficiências, condicionantes e potencialidades.

Existiam muitos entraves ao espaço destinado ao planejamento, diminuindo assim, as tentativas de planificação desses mesmos espaços. Dentre as condicionantes destacam-se fortemente as dos sistemas naturais, os quais se encontravam, na maior parte, na ilha, compondo uma topografia irregular com uma extensão de aproximadamente 70% da área relativa ao planejamento.

O acompanhamento das deficiências aliadas às condicionantes mostrava uma fragilidade frente às ações ordenadas da urbanização, bem como havia uma ausência de controles administrativos dessas áreas. Entretanto, esses elementos funcionam como potencialidades atrativas na estruturação do espaço urbano e na manutenção da paisagem, auxiliando na sua preservação.

Nas encostas, ocupadas, principalmente, por populações de baixa renda, concentrava-se grande parte das deficiências, exigindo dessa forma, ações do poder público visando à minimização dos conflitos sociais, das carências espaciais e da ausência de infra-estrutura.

Contudo, o problema dos vazios urbanos, das habitações precárias, da falta de infra-estrutura e da ausência de limites claros de urbanização em toda a periferia, atestava a necessidade de um controle administrativo efetivo, concomitantemente a medidas de ação social, legal e espacial.

Mas não era somente nas periferias que os problemas aumentavam. Nas áreas centrais da ilha e do continente, ocorria um adensamento de condicionantes, deficiências e potencialidades também. Na ilha existiam dissensões e problemas de difícil resolução entre áreas de interesse histórico, comercial e institucional, agravados pela falta de estacionamento e usos de zonas deterioradas. Existia a possibilidade de se aumentar a área central do município, desde que se houvesse a devida preservação do patrimônio histórico e garantisse áreas de estacionamento.

Com relação à área central do Estreito, havia maior possibilidade de ocupação por estar menos ocupada e por não possuir conflitos com o patrimônio histórico, apesar de que não havia conexão viária com o resto do continente; faltava estacionamento e havia uso inadequado de ocupação do solo urbano. As

potencialidades dariam um uso turístico a essas áreas e seriam criadas áreas verdes nas encostas.

Havia projetos também para a recuperação das áreas deterioradas das cabeceiras da ponte Hercílio Luz, onde no lugar de usos inadequados do solo, deveriam ser criados parques turísticos.

O lazer já era um problema enfrentado tanto na ilha como no continente. Como as atividades administrativas tendiam a se concentrar sempre na ilha, as áreas de expansão dessas atividades estavam sendo deslocadas para o bairro Itacorubi, com o intuito de acompanhar o crescente desenvolvimento do setor universitário.

As deficiências da infra-estrutura urbana, social e econômica ocorriam em quase todas as áreas fora do centro da cidade. Todavia, a capacidade de ocupar os vazios urbanos e adensar as áreas com ocupação dispersa ora existentes, gerava um potencial que poderia ser visto como um fator para a solução desses problemas. O macro-zoneamento definia as áreas urbanizáveis, de acordo com o novo plano, como:

1. ZUP – Zona de Expansão Prioritária – Eram as áreas de baixa densidade nas periferias ou vazios urbanos, nas quais as potencialidades de ocupação se aliavam a uma quase ausência de condicionantes e à presença de deficiências em sua maioria passíveis de solução através da organização do espaço e da implantação da infra-estrutura social e urbana;

2. ZEU – Zona de Expansão Urbana – Eram, na maioria, áreas nos centros urbanos ou em bairros antigos, onde se faziam sentir as forças mais dinâmicas da cidade, forçando uma continuidade e expansão crescente dos usos existentes, quase sempre na forma de densificação vertical. Caracterizavam-se por fortes condicionantes de manutenção. As diversas áreas de ação detectadas definiam, de forma preliminar, não somente as ações do planejamento, mas as próprias diretrizes de zoneamento, compatíveis com essas ações e com toda a sistemática CDP;

3. ZUD – Zonas de Urbanização Diferida – Eram áreas atrativas e com bom funcionamento do sistema urbano, correspondendo a bairros antigos, próximos aos centros urbanos ou a bairros novos com caracteres homogêneos. Essas zonas não estão incluídas nem nas ZUP e nem nas ZEU e, portanto podiam ser urbanizadas mediante alteração do macro-zoneamento ou através de projetos vinculados a determinados planos econômicos de implantação prioritária.

Já as áreas não-urbanizáveis eram classificadas como:

- APPs – Áreas de Preservação Permanente;
- % de praias de mar aberto com menos de 2000m;
- Encostas acima da cota 100;
- Terrenos de marinha;
- Ilhas marítimas;
- Sítios arqueológicos.

4.2.3 O Terceiro e último Plano Diretor do Município

O terceiro e atual Plano Diretor do Município, aprovado em 1997, teve sua origem nas necessidades de atualização do plano anterior, o qual já se encontrava defasado desde o início dos anos 80.

O plano então vigente, além do descompasso entre as zonas propostas e a realidade do crescimento urbano, apresentava problemas de parâmetros urbanísticos, em especial naqueles referentes a preservação ambiental e cultural, densidades, afastamentos e classificações de usos e zonas.

Em 1982, o IPUF apresentou uma primeira proposta de revisão do Plano Diretor do Distrito Sede. Infelizmente, por decisão da administração da época, esse plano foi limitado à periferia do centro urbano, naquilo que ficou conhecido como o Plano da Trindade (Lei 1851/82). No período 1982-85 o IPUF dedicou suas energias ao planejamento dos balneários e distritos do interior da Ilha, deixando o Distrito Sede em segundo plano.

Somente em 1997 sua versão final sido submetida à Câmara de Vereadores e aprovada em 1997 (Lei 5055/97) com algumas leis complementares aprovadas após essa data. A publicação oficial foi feita pelo IPUF em fins de 1998, e inclui 5 alterações do zoneamento aprovadas até agosto de 1998.

Segundo o IPUF, a filosofia atualmente utilizada para elaboração das atividades de planejamento é composta de três princípios básicos:

1. Eficiência - significa que a infra-estrutura física, social e econômica deve atender adequadamente às demandas geradas pela urbanização. A eficiência dos projetos geralmente é avaliada por sua comparação com parâmetros técnicos reconhecidos, como velocidade de tráfego,

percentual de população abastecida com água, volume de áreas para comércio, etc;

2. Equidade - significa que deve haver igual oportunidade de acesso no atendimento das necessidades sociais básicas. A equidade dos projetos geralmente é avaliada pelo grau de acessibilidade que os segmentos sociais mais pobres ou com menor autonomia (idosos, crianças e deficientes físicos) tem aos benefícios gerados pelos projetos, tais como praças, escolas, transportes, emprego, etc;

3. Qualidade - significa que os espaços gerados pela urbanização devem ser compatíveis com a natureza biológica e cultural do ser humano. A qualidade dos projetos geralmente é avaliada por seu nível de preservação e conforto ambiental, por sua riqueza estética e por seu valor simbólico ou espiritual para os usuários.

O modelo de ocupação e uso do solo adotado desde o início dos anos 80 abrange as porções insular e continental de Florianópolis, além das áreas urbanas de São José, Biguaçu e Palhoça. Toda essa área continental (Florianópolis, São José, Biguaçu e Palhoça), o distrito sede e a região de entremares na ilha caracterizam-se como áreas de urbanização extensiva, enquanto os demais balneários e assentamentos do interior da ilha são destinados à urbanização nucleada, separados por APPs (Áreas de Preservação Permanentes).

A estrutura das leis dos Planos Diretores de uso e ocupação do solo está criada da seguinte forma:

- Plano Diretor do três municípios (São José, Biguaçu e Palhoça);
- Plano Diretor da área central do município de Florianópolis;
- Plano Diretor dos Balneários;
- Plano do Campeche;
- Plano Diretor do distrito de Santo Antônio de Lisboa (em desenvolvimento).

Há ainda os **Planos de Urbanização Específica**, os quais são planos urbanísticos detalhados, cujas propostas podem chegar a soluções diferenciadas quanto ao nível e escala dos lotes:

- Plano de Urbanização Específica Ingleses Sul e Santinho;
- Plano de Urbanização Específica da Barra da Lagoa;
- Plano de Urbanização Específica do Retiro da Lagoa;
- Plano de Urbanização Específica da Praia Mole;
- Plano de Urbanização Específica do Costão do Santinho;
- Plano de Urbanização Específica de Jurere Internacional;
- Plano de Urbanização Específica da Praia Brava.

Os **Planos Setoriais** destinam-se a completar as normas dos Planos Diretores, através da implantação dos equipamentos urbanos e comunitários necessários às populações previstas:

- Plano Setorial de Áreas Verdes, Lazer e Recreação;
- Plano Setorial de Equipamentos de Educação;
- Plano Setorial de Equipamentos de Saúde;
- Plano Setorial de Transportes Coletivos;

- Plano Setorial de Circulação de Pedestre;
- Plano Setorial de Abastecimento de Água;
- Plano Setorial de Esgoto Sanitário;
- Plano Setorial de Drenagem;
- Plano Setorial de Disposição de Resíduos Sólidos;
- Plano Setorial de Distribuição de Energia Elétrica;
- Plano Setorial de Sistema Viário e Pavimentação;
- Plano Setorial de Arborização.

No Plano Diretor anterior (1976), o macro-zoneamento dividia o território municipal em zonas urbanizáveis e não-urbanizáveis. A partir do início dos anos 80, o IPUF passou a adotar um novo macro-zoneamento, tentando evitar a urbanização descontínua de áreas rurais e de áreas ecologicamente frágeis que as ZUD (Zonas e Urbanização Diferida) propiciavam. Esse macro-zoneamento ampliou as zonas não urbanizáveis, de modo a incorporar a elas a maior parte das ZUD e ZEU (Zonas de Expansão Urbana), embora mantivesse um estoque de áreas urbanizáveis suficiente para a expansão urbana dos próximos 10 anos. As zonas adotadas novamente dividem-se em urbanizáveis e não-urbanizáveis. As zonas urbanizáveis estão divididas em:

- Zona urbana;
- ZEU – Zona de expansão urbana.

Quanto às áreas não-urbanizáveis estão divididas da seguinte forma:

- APPs - Áreas de Preservação Permanente. Elas ocupam 42% da área total do município, as quais passaram a incluir todas as áreas de

preservação definidas pela legislação vigente, destinadas à preservação dos recursos e paisagens naturais, e à salvaguarda do equilíbrio ecológico;

- APL - Áreas de Preservação com Uso Limitado. Elas ocupam 21% da área total do município, e foram criadas para incluir áreas não-urbanizáveis segundo a legislação de parcelamento do solo urbano, cujas características de sua geomorfologia ou cobertura vegetal não apresentam condições de suportar determinadas formas de uso do solo sem prejuízo do equilíbrio ecológico ou da paisagem natural;
- AER - Áreas de Exploração Rural. Elas ocupam 17% da área total do município e são destinadas à produção agrícola, pecuária e florestal;
- AEH – Áreas de Elementos Hídricos – São áreas permanentes ou temporariamente recobertas por água, como o mar, lagos, lagoas, represas, açudes, rios, córregos e canais;
- Sítios arqueológicos.

Na última década, uma série de ERA (Áreas de Expansão Rural) foram transformadas em AEU (Áreas de Expansão Urbana), seja através de alterações dos perímetros urbanos, seja através de ocupações clandestinas.

Segundo o IPUF, a partir do ano 2000, o macro-zoneamento começou a ser modificado para ampliar as áreas de expansão urbana necessárias para os próximos 20 anos, e está incorporando a esse perímetro as AER já urbanizadas.

As demais zonas não-urbanizáveis deverão permanecer as mesmas, salvo ampliações nas APPs devido ao dinamismo da legislação ambiental.

Quanto ao micro-zoneamento, o qual é uma divisão detalhada da área urbana em diferentes zonas de uso e ocupação do solo, define as funções que deverão ser desempenhadas na cidade para: habitação, lazer, trabalho, circulação e instituições.

As zonas adotadas no micro-zoneamento foram denominadas “áreas” para diferenciar da nomenclatura adotada no macro-zoneamento. No atual Plano Diretor o micro-zoneamento está subdividido em:

- Zoneamento primário – define zonas de uso e ocupação do solo, tanto para fins urbanos como não urbanos;
- Zoneamento secundário – define zonas com regras adicionais de ocupação, superpostas ao zoneamento primário.

A partir de 10 de julho de 2001, o atual Plano Diretor do município de Florianópolis começou a ter de se adequar à Lei 10.257/01, a qual instituiu o Estatuto da Cidade e que condiciona sua aprovação à participação popular na elaboração do mesmo.

Nesse sentido, é que a atualização do Plano Diretor do Distrito de Santo Antônio de Lisboa, o qual abrange os bairros de Cacupé, Santo Antônio de Lisboa, Barra do Sambaqui e Sambaqui e incluído dentro do Plano Diretor dos Balneários,

está sendo a pioneira na sua reformulação juntamente com representantes das comunidades locais.

4.3 A Percepção da População de Florianópolis

Diante das evidências encontradas na população da cidade de Florianópolis através das entrevistas e dos mapas mentais, verificou-se, além da percepção da própria população em relação à cidade, a relação existente entre a percepção da população e a dos órgãos de planejamento urbano via plano diretores.

Comparando as percepções da população e dos planejadores, verificamos uma relação no que diz respeito ao modo de avaliar o ambiente segundo critérios e meios de utilização. Os órgãos de planejamento utilizam a sistemática do uso do solo urbano com fins técnicos e programáticos, levando todas as injunções que possam determinar uma tomada de decisão por parte do poder municipal.

Já a população, por estar imersa em outra realidade perceptiva, tem outras impressões sobre a realidade urbana, a qual difere um pouco das percepções designativas.

Os pontos em comum são as deficiências do ambiente físico e infra-estrutural, as quais atingem diretamente essa população em suas aspirações para uma desirabilidade melhor.

Como os próprios órgãos concebem as deficiências, é mais provável que haja uma potencialidade no que diz respeito à beleza plástica da cidade e à manutenção desses padrões.

Existe uma conexão de percepções em relação à cidade, a qual é expressa nos mapas mentais, que redonda na estrutura mental apreendida no meio urbano e que é utilizada para a locomoção e localização na cidade ou no local onde se mora.

A população avaliou o ambiente urbano mais na qualidade do que ele lhe oferece, pode lhe oferecer ou não lhe oferece. Alguns elementos indispensáveis ao pleno desenvolvimento das estruturas urbanas em muitos bairros foram esquecidos ou ainda não fazem parte de uma programação dos órgãos de planejamento.

Além dos problemas institucionais enfrentados com imóveis tombados pelo patrimônio histórico, desmatamento, poluição das praias e baías, aterramento dos manguezais, devastação das dunas, congestionamento do sistema viário e crescimento urbano desordenado, alguns problemas tornam-se insolúveis pelo reduzido espaço de planejamento e as irregularidades topográficas, as quais são fatores limitantes no planejamento local.

As melhorias veiculadas para determinados bairros despertam um sentimento de lugar, que é característico e observável pelo sentimento topofílico, havendo em contrapartida, em bairros com condições deficientes, um descaso pela desirabilidade, propiciando a saída para outras localidades com melhores atributos de moradia e infra-estrutura.

Na parte continental da cidade, onde sempre foi promovido o desenvolvimento para comércio do mais variado, sempre houve uma expansão desse setor em direção ao continente.

Na ilha os padrões de uso do solo seguido foram os mesmos da parte continental, com algumas variações, ocorrendo um forte crescimento comercial e populacional para o subúrbio. Se há dez anos o Centro Distrital de Negócios de

Florianópolis se localizava no centro da ilha, hoje ele se alastra cada vez mais em direção a bairros distantes do centro como Saco Grande, Trindade, e Costeira do Pirajubaé.

Tendo em vista as colocações expostas, podemos verificar uma estreita relação entre a percepção dos órgãos de planejamento urbano e a população de Florianópolis. As deficiências são os elementos mais marcantes nas percepções, já que são elementos dos quais a população se ressentir. As condicionantes são aliadas às deficiências. As potencialidades ficam um pouco abaixo do juízo subjetivo, considerando mais os aspectos de ambiente e suas aprazidades naturais.

4.4 Discussão dos Resultados da Pesquisa

Podemos verificar que, através da metodologia adotada para o presente trabalho, foi ratificada a validade da aplicação da percepção para estudos dos centros urbanos.

4.4.1 A Magia da Cidade

Uma conclusão um tanto curiosa é que a população das unidades de observação pesquisadas, apresentou uma homogeneidade de percepção considerando os gêneros, idade, grau de instrução, procedência, profissão, ideologias, valores e atitudes em relação ao seu meio. Ficou claro que esses

elementos, juntamente com a experiência ambiental, são os responsáveis pela percepção e apreensão da imagem da cidade.

4.4.2 A Percepção do Bairro

As diferenças perceptivas foram marcantes quando consideramos o bairro como elemento de observação. Os bairros periféricos ao centro da cidade, por apresentarem estruturas diferentes, apresentam desarticulações e faltam conexões tanto com bairros limítrofes quanto com o centro. Geralmente, a localização se deu por uma via de grande movimento, sem detalhes de arruamento ou outros elementos que seriam relevantes. Pode-se observar também que a percepção da população ficou restrita ao seu bairro, seus problemas e suas qualidades como se a população não compreendesse que as distorções que sofreu o centro da cidade começaram a se alastrar para a periferia. O mesmo pode ser observado através das representações mentais, as quais ficaram mais restritas ao bairro do entrevistado.

Ao mesmo tempo que muitos percebem e compreendem o seu bairro como um lugar tranquilo e bucólico, entendem que ocorre a perda da tranquilidade e aumento da violência na mesma medida.

4.4.3 A Desirabilidade

Os aspectos de não desirabilidade residencial denotam claramente a deterioração de bairros como o Centro, Monte Cristo e Estreito. Com relação ao

centro há ainda um fator positivo, pois ao mesmo tempo que é percebido por sua deterioração é também o mais desejado pelas condições de infra-estrutura, acessibilidade, lazer e diversão.

4.4.4 A Topofilia

Com relação à topofilia os moradores da ilha a apresentam em um grau mais acentuado em relação a dos moradores do continente. Isso se observa, principalmente, pela travessia da ponte, onde o desejo de retornar à ilha ficou mais evidente. Inclusive uma porcentagem bem maior de moradores da ilha acham o continente uma extensão ou uma continuidade da cidade e reconhecem não haver os mesmos investimentos que há na ilha.

4.4.5 O Poder de Articulação

Em geral, os habitantes do município de Florianópolis possuem um fraco poder de articulação com as estruturas urbanas, refletido também na sua falta de legibilidade e conhecimento do espaço urbano da cidade. A locomoção e a orientação é organizada por um restrito mapa mental onde sequer aparecem as principais fontes de referência da cidade ou do bairro e que serviriam de orientação e irradiação para outras localidades. Fato esse comprovado pelo gráfico 4.13 o qual mostra que apenas 30% dos entrevistados sabem quais os bairros limítrofes ao seu.

4.4.6 A Relação de Percepção

A relação existente entre a percepção da população e dos planejadores do município difere nos critérios de análise, especificidades e fins desejados. O morador avalia seu meio mais por aspectos qualitativos e em termos de deficiências de equipamentos urbanos locais, ou seja, no seu bairro.

Já os planejadores, por estarem envolvidos em outra realidade perceptiva e pertencerem a um determinado grupo social, veiculam informações de forma a atingirem seus objetivos imediatos, sendo seus critérios de avaliação técnica destinados à ação pública do poder municipal com decisões de superiores.

Há uma descontinuidade entre a percepção da população e dos órgãos de planejamento, porém as aproximações ficam nas deficiências encontradas pelos moradores nos seus ambientes de moradia.

As belezas naturais, a tão propagada qualidade de vida, as praias, o bucolismo dos bairros, a movimentação e barulho do trânsito no centro e o aumento da violência do município de Florianópolis foram os elementos perceptivos mais importantes referenciados pela população. Ficando de fora de qualquer citação problemas facilmente visíveis, tais como: falta de coleta de esgoto nos domicílios, desmatamento, poluição das praias e baías, aterramento dos mangues, devastação das dunas e, no verão, a falta de água potável.

CAPÍTULO V

CONCLUSÕES E SUGESTÕES

5.1 Conclusão

O presente trabalho teve como objetivo maior verificar qual a percepção ambiental da população de Florianópolis em relação à sua cidade, com a finalidade de possibilitar subsidiar os órgãos de planejamento urbano.

Com efeito, estabeleceu-se através da revisão bibliográfica e da pesquisa preliminar, quatro objetivos específicos com a finalidade de se alcançar o objetivo geral. Para tal, o instrumento de coleta de dados foi validado cientificamente dentro do meio acadêmico, mostrando-se compatível para captar o grau de compreensão da população quanto ao tema bem como a sua percepção ambiental a respeito do município de Florianópolis.

A utilização do instrumento de coleta de dados junto à população permitiu a visualização da real situação a partir do maior interessado da cidade: o próprio morador. A população em geral mostrou-se satisfeita tanto com a vida que leva quanto com a cidade em si, porém apontou seus problemas. O aumento da violência, a expansão urbana excessiva, a ocupação desordenada e o desmatamento são os principais problemas percebidos pela população.

É inegável que o encantamento e a sedução da cidade, principalmente da parte insular, recompensam seus habitantes pelos problemas que enfrentam.

Entretanto, este trabalho disponibiliza aos órgãos de planejamento local a verificação de sua performance e das possibilidades de melhorias, principalmente nas áreas consideradas não desejáveis.

Os órgãos de planejamento urbano local têm a possibilidade de, através do atual Plano Diretor adaptado ao Estatuto da Cidade, investir em projetos especiais a fim de recuperar a qualidade do ambiente urbano de determinadas áreas e prevenir a deterioração de outras, juntamente com seus próprios moradores.

Portanto, o modelo desenvolvido está em consonância com o objetivo proposto no início do trabalho, bem como permitiu o alcance dos resultados esperados inicialmente.

5. 2 Recomendações Finais

5.1.1 Recomendações para o Poder Público

O planejamento urbano municipal é uma ferramenta imprescindível para o poder público, deve servir como suporte e subsídio para a tomada de decisões, sempre visando ao atendimento dos anseios da sua população.

Para que Florianópolis continue sendo referência quanto à qualidade de vida, a natureza pródiga, principalmente a da ilha, deverá ter garantido o seu merecido espaço tanto nos discursos como nas práticas governamentais e privadas.

Desde o final dos anos 70 as administrações públicas promovem o turismo, desenvolvendo projetos de desenvolvimento que decretaram e decretam que esse seria a nossa modalidade preferencial de desenvolvimento econômico, ressaltando a chamada “vocação turística” do município, porém sempre ignoraram o superpovoamento de certas praias, o congestionamento do sistema viário e a poluição de balneários e lagoas. A visão exclusivista do turismo, que se consolidou nesta cidade,   poluente, elitista e predatória. Mesmo assim, a especulação imobiliária não encontra, em Florianópolis, quase nenhuma restrição. Os especuladores reivindicavam a implantação de modelos de desenvolvimento como o de alguns países de primeiro mundo, alguns já falidos como em balneários da Espanha, por exemplo, justificando que devemos “pensar grande” em relação ao crescimento da nossa cidade.

Ao promover o turismo a qualquer preço, ocorre sempre um *déficit* na qualidade de vida tanto dos moradores como dos turistas, uma vez que os investimentos em infra-estrutura não acompanham o crescimento populacional. Não aumentam as vagas em escolas públicas, creches e hospitais; não aumenta a oferta de água potável; não aumentam as praças e não aumenta o transporte urbano, que não se sabe por que continua sendo exclusivamente terrestre, quando poderia ser t m m aéreo e marítimo. O turismo deveria estar condicionado a todos os fatores limitantes que uma ilha têm, bem como   proteção do meio ambiente e   sustent  o da cultura local, entre outras.

Há a necessidade de um projeto de desenvolvimento que comporta várias frentes de intervenções econ micas, como a maricultura, pólo do vestuário, pólo de produtos artesanais e artísticos, a retomada da pecuária no interior, turismo de trilhas planejadas e controladas e turismo de baleia, dentre outros.

Agora, mais uma vez propalada na mídia local e nacional, destaca-se a conquista, novamente, da capital com a melhor qualidade de vida do país. E há quem comemore, além dessa nova conquista, o fato de a cidade ter crescido 30% em área construída. E esse crescimento a qualquer custo já é percebido pela população quando diz que gostaria de residir em determinados bairros devido à sua organização e homogeneidade. Há guetos deteriorados para muitos e outros, altamente urbanizados, sofisticados, equipados com tudo o que é possível para se obter segurança, ocupados por uma minoria de privilegiados.

Em 1994, com a organização pelo IPUF e do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFSC, ocorreu a 1ª Oficina de Desenho Urbano de Florianópolis, na qual, segundo consta em seus objetivos, predominava a preocupação com a qualificação e articulação da escala humana, com tratamento adequado dos espaços destinados ao encontro e à convivência das pessoas. Como resultado daquele momento de reflexão sobre o espaço urbano de Florianópolis, muitas foram as propostas, dentre algumas: a recuperação da cidade com o mar; a reconquista da orla para o lazer e para a contemplação; o tratamento das vias principais como vias turísticas; a elaboração de planos de manejo das áreas de preservação; a efetiva implantação de parques urbanos; a geração e consolidação dos centros urbanos e a preservação dos seus elementos culturais.

Contudo, o planejamento urbano municipal sempre esteve focalizado mais nas questões habituais do município, e às vezes, sequer atendendo a essas premissas como a oferta de infra-estrutura básica à população. Desse modo, é mais provável que haja prioridade à beleza plástica da cidade e à manutenção desses padrões.

Outro problema é o fato de que a cada mudança de administração pública municipal, as propostas de planejamento vinculadas a essa administração são alteradas ou engavetadas.

Como se observa, alguns passos já foram dados com vistas a um planejamento urbano democrático, o qual conte com a participação e a responsabilidade comunitária, como as propostas da 1ª Oficina de Desenho Urbano de Florianópolis e o que determina o Estatuto da Cidade, o qual acabou induzindo a forma de se discutir e elaborar o Novo Plano Diretor do Distrito de Santo Antônio de Lisboa.

As mudanças explícitas e implícitas que o crescimento da cidade Florianópolis vem proporcionando, impressionam tanto moradores como visitantes, o que obriga o poder público a ter planejamento e políticas adequadas ao desenvolvimento sustentável que a cidade necessita.

Este trabalho apresenta um modelo que possibilita subsidiar os órgãos de planejamento urbano municipal na elaboração de seus planejamentos, visando ao desenvolvimento sustentável e democrático, em detrimento de uma política com o tradicional atendimento às necessidades imediatas da população.

O modelo proposto é fundamentado em pesquisa com a própria população, refletindo seus temores e anseios, o qual permite o desenvolvimento de políticas públicas com vistas a essas prioridades, combatendo as causas dos problemas e elaborando planejamentos sustentáveis.

5.1.2 Recomendações para Trabalhos Futuros

O referido estudo concentrou-se na cidade de Florianópolis, razão pela qual os resultados obtidos não devem servir como parâmetro para outras cidades do Estado ou do país. Considerando a situação físico-político-geográfica do município e suas diferenças sócio-culturais, necessário se faz a coleta de dados de cada unidade de observação.

O universo alcançado pela pesquisa quantitativa talvez tenha trazido limitações quanto à significância dos dados. Desse modo, se faz a necessária ampliação de estudos científicos a respeito da percepção da população em relação a outras cidades.

A comunidade científica poderia se dedicar a pesquisar o que segue:

- Ampliar os estudos acerca da percepção e do conhecimento da população para outras cidades do país;
- Estabelecer ações que possam minimizar o *gap* entre a percepção da população e a dos órgãos de planejamento urbano e do poder público em geral;
- Criar um modelo que permita verificar a percepção da população com relação ao seu bairro ou a sua cidade com a finalidade de se obter subsídios para atualizar permanentemente o planejamento urbano;
- Desenvolver uma nova metodologia para o mesmo tema em outras áreas do conhecimento, como a sociologia e a economia;

- Criar um modelo gestor de implementação para novos planos diretores de distritos ou cidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Beto. **A cidade vista por seus personagens**. Florianópolis: Pentagrama, 2001.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. **O Contexto teórico do desenvolvimento dos estudos humanísticos e perceptivos na Geografia**. Belo Horizonte, n. 5, 1987. Publicação especial.

CARTER, Harold. **The study of urban geography**. London, Eduard Arnold, 1979.

CECCA – Centro de Estudos Cultura e Cidadania. **Qualidade de vida e cidadania: a construção de indicadores sócio-ambientais da qualidade de vida em Florianópolis**. Centro de Estudos Cultura e Cidadania, Fundo Nacional do Meio Ambiente. Florianópolis: Cidade Futura, 2001. 216 p.

CHRISTOFOLETTI, Antonio. **Perspectivas em geografia**. São Paulo: DIFEL, 1982.

CHUCACOFF, Howard. **A evolução da sociedade urbana**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

CLAVAL, Paul. A geografia e a percepção do espaço. **L'Espace Géographique**, Paris, n. 3, p.179-187, 1974. Doin, 8.

COX, Kevin. Man, location and behaviour. In: **INTRODUCTION to human geography. Anthro-Geography**, 1982, John Willey e Sons, Inc.

DERRAUX, Max. **Tratado de geografia humana**. Barcelona: Vicens Vives, [199-].

DIAS, Wilmar. **Florianópolis: ensaio de geografia urbana**. Florianópolis: Departamento Estadual de Geografia e Cartografia, n. 2, 1947.

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, IBGE, 1956.

ENGLISH, Paul W.; MAYFIELD, Robert C. Man, space and environment. In: **CONCEPTS contemporary human geography**. Londres: Oxford University Press., 1972.

OFICINA DE DESENHO URBANO DE FLORIANÓPOLIS, 1., 1994, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: IPUF / PMF / UFSC, 1994.

GIST, Noel. **A cidade e o homem**. Portugal: Fundo de Cultura, 1970.

GOODEY, B.; GOLD, J. Geografia do comportamento e da percepção. **Revista do Departamento de Geografia IGC/UUFMG**. Belo Horizonte, n. 3, 1986. Publicação especial.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

IPUF – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis. **Planos Diretores do Município de Florianópolis**. Florianópolis: Biblioteca do IPUF, 2002.

LABASSE, Pierre. **La producción del espacio**. Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local, 1973.

LAGO, Paulo Fernando. **Florianópolis: A polêmica urbana**. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1996. 318 p.

LEDROUT, Raymond. **Les images de la ville**. Paris: Anthropos, 1974.

LYNCH, Kevin. **La imagen de la ciudad**. Buenos Aires: Infinito, 1960.

_____. **La buena forma de la ciudad**. Barcelona: Gustavo Gili, 1985.

MABOGUNGE, A. L. The evolution and analysis of the retail structure of lagos, Nigéria. **Economic geography**, v. 40, n.3, 1995.

MAN, space and environment. In: MAYFIELD, Robert et al. **Environmental, perception and behaviour**. London: Oxford Press, 1972.

NOVAES, Washington (Coord.). **Agenda 21 brasileira**: bases para discussão. Brasília: MMA / PNUD, 2000. 196 p.

PAULI, Evaldo. **A fundação de Florianópolis**. Florianópolis: Lunardelli, 1973.

_____. **A história de Florianópolis**. Florianópolis: EDEME, 1987, 162 p.

PEREIRA, Nereu do Vale (Org.) **A ilha de Santa Catarina**: espaço, tempo e gente. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2002. 2v.

PIAGET, Jean. **Abstração reflexionante**: relações lógico-aritméticas e ordem das relações espaciais. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

_____. **Seis estudos em psicologia**. Ed. Labor, 1976.

POCOCK, Douglas et HUDSON, Ray. **Images of the urban environment**. New York: The McMillan Press, 1978.

ROSSETTO, Carlos Ricardo. **Adaptação estratégica organizacional**: um estudo multi-caso na indústria da construção civil – setor de edificações. 1998. 193 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção e Sistemas) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

SAARINEN, T.F.; SEAMON, D.; SELL, J. L. (Ed.). **Environmental perception and behavior**: an inventory and propesct. The University of Chicago, Departament of Geography, Research Paper n. 209, 1984.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2000.

SIMMEL, Georg. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

TUAN, Yi Fu. **Topofilia – um estudo de valores e atitudes do meio ambiente**. São Paulo: DIFEL, 1982.

_____ **Espaço e lugar.** São Paulo: DIFEL, 1982

TAGLIACARNE, Gublielmo. **Pesquisa de Mercado:** técnica e prática. São Paulo: Atlas, 1978, pg. 173.

VANCE, Jr. L. Murphy. **Structure of CBD.** Economic geography. 1955.

BIBLIOGRAFIA

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às ciências**. Florianópolis: UFSC, 1994.

BECKER, B. K. O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER B.K. et al. (org). **Abordagens políticas de espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.

BIRKHOLZ, L. B. Evolução do conceito de planejamento territorial. In: BIRKHOLZ, L.B., et al. **Questões de organização do espaço urbano**. São Paulo: Vobel, 1983.

CAMPOS FILHO, C. M. **Cidades Brasileiras**: seu controle ou o caos. O que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 1992.

CARNEIRO, G. **Florianópolis**: roteiro de uma ilha encantada. Florianópolis: Expressão, 1987. 330 p.

CECCA – Centro de Estudos Cultura e Cidadania. **Uma cidade numa ilha**: relatório sobre os problemas sócio-ambientais da ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Insular, 1996.

CLARK, David. **Introdução à geografia urbana**. São Paulo: DIFEL, 1985.

CORREIA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989, 94 p.

_____. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1986.

_____. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. 304 p.

D'EÇA, Luis Felipe gama Lobo. **Cidades: Inovar para sobreviver**. Florianópolis: UFSC, 1992. v. 1. 96 p. (Núcleo de Estudos Catarinenses).

DEL RIO, Vicente. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**. São Paulo: PINI, 1990.

DOLLFUS, Olivier. **O espaço geográfico**. São Paulo: DIFEL, 1982, 121 p.

ECO, Humberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo, Perspectiva, 1989.

FORTI, Reginaldo. (Org.) **Marxismo e o urbanismo capitalista**. São Paulo: Centro de Ciências Humanas, 1979.

GONZALES, Suely et al. **O espaço da cidade: contribuição à análise urbana**. São Paulo: Projeto, 1985. 141 p.

IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal. **Origens e evolução do município brasileiro**. Rio de Janeiro: IBAM, 1999.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

KOHLSDORF, Maria Elaine. **A apreensão da forma da cidade**. Brasília: UnB, 1996. 253.

LEFÉBVRE, Henri. **La production del'espace**. Paris, Maspero, 1974.

_____. **Espacio y política**. Barcelona, Ediciones Península, 1976.

MACHADO, Ewerton et al. **A produção do espaço intra-urbano na ilha de Santa Catarina**. Florianópolis, 1986.

MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de marketing: metodologia e planejamento**. São Paulo: Atlas, 1996. v.1.

MAUSBACH, Hans. **Introducción al urbanismo: un análisis de los fundamentos de la planificación actual**. Barcelona: Gustavo Gili, 1971. 152 p.

NOSSO futuro comum. **Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

ORTH, Dora M. **Qualidade do ambiente urbano**. Florianópolis: UFSC, 2001. Apostila.

PEREIRA, Nereu do Vale. **A modernização de Florianópolis**. Florianópolis, 1974, Tese (Livre Docência), UFSC.

REZENDE, Vera. **Planejamento urbano e ideologia**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1982. 126 p.

RICHARDSON, Roberto et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

SILVA, Harrysson Luiz da. **Curso de capacitação para produção de dissertações e teses**. Florianópolis: UFSC, 2002. Apostila.

SOUZA, Celina Maria. Plano diretor e instrumento de planejamento municipal: limites e possibilidades. **RAM**, Rio de Janeiro, v.38, n. 198, jan./mar. 1991.

ULTRAMARI, Clóvis; Rosa MOURA (Org.). **Metrópole: grande Curitiba: teoria e prática**. Curitiba: IPARDES, 1994. 154 p.

VAZ, Nelson Popini. **A formação do centro histórico de Florianópolis: espaço público do ritual**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1991.

VEIGA, Eliane Veras da. **Florianópolis: memória urbana**. Florianópolis: UFSC, 1993.

VELHO, Otávio Guilherme (Org.). **O fenômeno urbano: a metrópole e a vida mental**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

VIEGAS, Waldyr. **Fundamentos de metodologia científica**. Brasília: Paralelo 15, 1999.

APÊNDICE

APÊNDICE A: Entrevista

ENTREVISTA

1. Bairro: _____
2. Idade: _____
3. Sexo:
 - a. ☐ F
 - b. ☐ M
4. Instrução:
 - a. ☐ Ensino Fundamental
 - b. ☐ Ens. Médio
 - c. ☐ Ens. Superior
5. Profissão/Ocupação: _____
6. Origem:
 - a. ☐ Nativo
 - b. ☐ Não nativo
7. O que você **mais** gosta do bairro onde mora?
 - a. ☐ Tranqüilidade
 - b. ☐ Bem servido com ônibus
 - c. ☐ Muito verde
 - d. ☐ Possui serviços públicos
 - e. ☐ Outro O quê? _____
 - f. ☐ Não sei
 - g. ☐ Não quero responder
8. O que você **menos** gosta do bairro onde mora?
 - a. ☐ Insegurança
 - b. ☐ Falta de ônibus
 - c. ☐ Falta de serviços públicos
 - d. ☐ Faltam áreas de lazer
 - e. ☐ Outro O quê? _____
 - f. ☐ Não sei
 - g. ☐ Não quero responder

9. Em qual bairro você gostaria de morar? _____ Por quê?

- a. () Há mais segurança
- b. () Há mais serviços públicos
- c. () É próximo ao seu local de trabalho
- d. () Porque é próximo da família
- e. () Porque possui praia
- f. () Porque é muito tranquilo
- g. () Outra opção Qual? _____
- h. () Não sei
- i. () Não quero responder

10. Em qual bairro você **não** gostaria de morar? _____ Por quê?

- a. () É muito inseguro
- b. () Não possui serviços públicos
- c. () Não há muitos horários de ônibus
- d. () É muito longe do trabalho
- e. () É muito longe da família
- f. () Outra opção Qual? _____
- g. () Não sei
- h. () Não quero responder

11. O que é um bairro para você?

- a. () É um conjunto de residências
- b. () É uma comunidade com afinidades
- c. () É um espaço dentro de uma cidade
- d. () É um espaço delimitado por lei
- e. () Outra opção O quê? _____
- f. () Não sei
- g. () Não quero responder

12. O que é uma cidade para você?

- a. () É um conjunto de bairros
- b. () É um espaço com serviços públicos e comércio
- c. () É um lugar com muita população
- d. () É uma área urbanizada
- e. () Outra opção O quê? _____
- f. () Não sei
- g. () Não quero responder

13. Como você considera a sua vida em Florianópolis?

- a. () Ótima
- b. () Boa
- c. () Regular
- d. () Péssima
- e. () Outra opção O quê? _____
- f. () Não sei
- g. () Não quero responder

14. O que primeiro lhe ocorre quando se fala em Florianópolis?

- a. () Que é uma cidade muito boa de se viver
- b. () Que possui muitas praias
- c. () Onde há muito lazer e diversão
- d. () Outra opção O quê? _____
- e. () Não sei
- f. () Não quero responder

15. O que lhe chama mais a atenção durante o dia em Florianópolis?

- a. () O movimento e o barulho do trânsito
- b. () A tranquilidade
- c. () A beleza natural
- d. () Outra opção O quê? _____
- e. () Não sei
- f. () Não quero responder

16. O que lhe chama mais a atenção durante a noite em Florianópolis?

- a. () A insegurança
- b. () Poucas opções culturais e de lazer
- c. () A movimentação em bares e boates
- d. () Outra opção O quê? _____
- e. () Não sei
- f. () Não quero responder

17. Para você, quais as mudanças ambientais mais recentes no bairro onde mora?

- a. () Aumento da violência
- b. () Desmatamento
- c. () Aumento das construções
- d. () Construções em locais proibidos
- e. () Excesso de lixo
- f. () Outra opção Qual? _____
- g. () Não sei
- h. () Não quero responder

18. O que você sente ou percebe durante o trajeto ilha-continente, quando atravessa a ponte? (**somente para moradores da ilha**)

- a. () Que vai a outra cidade
- b. () Que vai a um lugar mais bonito
- c. () Que vai a um lugar onde há mais pobreza
- d. () Que vai a um lugar onde há mais riqueza
- e. () Outra opção O quê? _____
- f. () Não sei
- g. () Não quero responder

19. O que você sente ou percebe durante o trajeto continente-ilha, quando atravessa a ponte? (**somente para moradores do continente**)

- a. () Que vai a outra cidade
- b. () Que vai a um lugar mais bonito
- c. () Que vai a um lugar onde há mais pobreza
- d. () Que vai a um lugar onde há mais riqueza
- e. () Outra opção Qual? _____
- f. () Não sei
- g. () Não quero responder

20. Você sabe quais os bairros vizinhos ao seu?

- a. () não
- b. () sim

Quais?

21. Você saberia identificar a posição norte no mapa?

- a. () não
- b. () sim

ANEXOS

ANEXO A: Planilha de distribuição da população por faixa etária

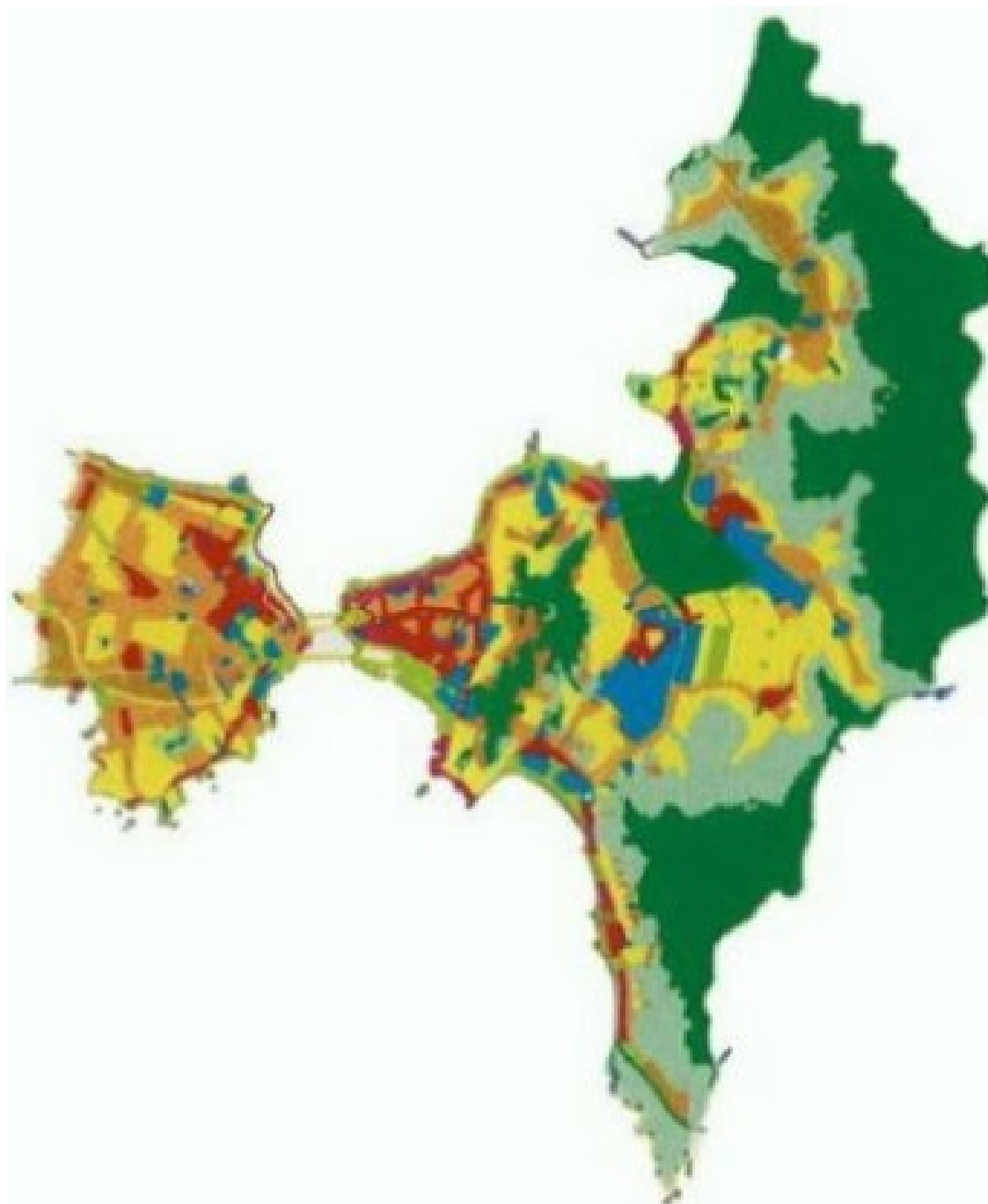
BAIRROS	FAIXA ETÁRIA															
	18 - 24				25 - 49				50 - 80				TOTAL			
	ABS.	%	n	n(def.)	ABS.	%	n	n(def.)	ABS.	%	n	n(def.)	ABS.	%	n	n(def.)
Abraão	763	0,31%	0,43		2188	0,90%	1,23	1	773	0,32%	0,43	1	3724	1,52%	2,09	2
Balneário	815	0,33%	0,46		2244	0,92%	1,26	1	1559	0,64%	0,87	1	4618	1,89%	2,59	2
Bom Abrigo	193	0,08%	0,11		510	0,21%	0,29	1	235	0,10%	0,13		938	0,38%	0,53	1
Canto	744	0,30%	0,42		2170	0,89%	1,22	1	1285	0,53%	0,72	1	4199	1,72%	2,35	2
Capoeiras	2647	1,08%	1,48	1	7539	3,09%	4,23	6	3575	1,46%	2,00	2	13761	5,63%	7,71	9
Coloninha	624	0,26%	0,35		1677	0,69%	0,94	1	825	0,34%	0,46	1	3126	1,28%	1,75	2
Coqueiros	1924	0,79%	1,08	1	5244	2,15%	2,94	3	2440	1,00%	1,37	1	9608	3,93%	5,39	5
Estreito	904	0,37%	0,51		2849	1,17%	1,60	2	1536	0,63%	0,86	1	5289	2,16%	2,97	3
Itaguaçu	375	0,15%	0,21		779	0,32%	0,44	1	628	0,26%	0,35		1782	0,73%	1,00	1
Jardim Atlântico	1764	0,72%	0,99	1	4593	1,88%	2,57	3	2213	0,91%	1,24	1	8570	3,51%	4,80	5
Monte Cristo	1801	0,74%	1,01	1	4313	1,76%	2,42	2	1236	0,51%	0,69	1	7350	3,01%	4,12	4
Centro	6634	2,71%	3,72	3	16523	6,76%	9,26	12	10471	4,28%	5,87	6	33628	13,76%	18,85	21
Agrônômica	2371	0,97%	1,33	1	7844	3,21%	4,40	6	2658	1,09%	1,49	1	12873	5,27%	7,22	8
Trindade	3047	1,25%	1,71	1	5761	2,36%	3,23	6	2471	1,01%	1,39	1	11279	4,62%	6,32	8
Santa Mônica	997	0,41%	0,56		1773	0,73%	0,99	1	1086	0,44%	0,61	1	3856	1,58%	2,16	2
Pantanal	798	0,33%	0,45	1	1902	0,78%	1,07	1	751	0,31%	0,42		3451	1,41%	1,93	2
Córrego Grande	756	0,31%	0,42		2355	0,96%	1,32	2	579	0,24%	0,32		3690	1,51%	2,07	2
Itacorubi	1633	0,67%	0,92	1	4544	1,86%	2,55	2	1300	0,53%	0,73	1	7477	3,06%	4,19	3
João Paulo	446	0,18%	0,25		1211	0,50%	0,68	1	471	0,19%	0,26		2128	0,87%	1,19	1
Saco Grande	720	0,29%	0,40		1842	0,75%	1,03	2	466	0,19%	0,26		3028	1,24%	1,70	2
Monte Verde	947	0,39%	0,53	1	2389	0,98%	1,34	1	746	0,31%	0,42		4082	1,67%	2,29	2
Cacupé	99	0,04%	0,06		355	0,15%	0,20		153	0,06%	0,09		607	0,25%	0,34	
Santo Ant ^o Lisboa	185	0,08%	0,10		528	0,22%	0,30	1	248	0,10%	0,14		961	0,39%	0,54	1
Barra Sambaqui	120	0,05%	0,07		287	0,12%	0,16		97	0,04%	0,05		504	0,21%	0,28	
Sambaqui	146	0,06%	0,08		523	0,21%	0,29	1	269	0,11%	0,15		938	0,38%	0,53	1
Jurerê	407	0,17%	0,23		1363	0,56%	0,76	1	683	0,28%	0,38		2453	1,00%	1,38	1
Canasvieiras	721	0,30%	0,40		2000	0,82%	1,12	2	644	0,26%	0,36		3365	1,38%	1,89	2
Vargem do B. Jesus	370	0,15%	0,21		991	0,41%	0,56	1	200	0,08%	0,11		1561	0,64%	0,88	1
Vargem Grande	243	0,10%	0,14		774	0,32%	0,43	1	217	0,09%	0,12		1234	0,50%	0,69	1
Vargem Pequena	49	0,02%	0,03		164	0,07%	0,09		71	0,03%	0,04		284	0,12%	0,16	
Forte	48	0,02%	0,03		98	0,04%	0,05		39	0,02%	0,02		185	0,08%	0,10	

BAIRROS	FAIXA ETÁRIA															
	18 - 24				25 - 49				50 - 80				TOTAL			
	ABS.	%	n	n(def.)	ABS.	%	n	n(def.)	ABS.	%	n	n(def.)	ABS.	%	n	n(def.)
Daniela	63	0,03%	0,04		160	0,07%	0,09		100	0,04%	0,06		323	0,13%	0,18	
Ponta das Canas	342	0,14%	0,19		958	0,39%	0,54	1	349	0,14%	0,20		1649	0,67%	0,92	1
Praia Brava	11	0,00%	0,01		75	0,03%	0,04		11	0,00%	0,01		97	0,04%	0,05	
Cachoeira B. J.	473	0,19%	0,27		1269	0,52%	0,71	1	500	0,20%	0,28		2242	0,92%	1,26	1
Autódromo	36	0,01%	0,02		138	0,06%	0,08		29	0,01%	0,02		203	0,08%	0,11	
Ingleses	698	0,29%	0,39		1865	0,76%	1,05	1	997	0,41%	0,56	1	3560	1,46%	2,00	2
Lagoinha do N.	74	0,03%	0,04		267	0,11%	0,15		66	0,03%	0,04		407	0,17%	0,23	
Santinho	378	0,15%	0,21		990	0,41%	0,56	1	406	0,17%	0,23		1774	0,73%	0,99	1
Rio Vermelho	692	0,28%	0,39		2322	0,95%	1,30	2	663	0,27%	0,37		3677	1,50%	2,06	2
Barra da Lagoa	564	0,23%	0,32		1574	0,64%	0,88	2	588	0,24%	0,33		2726	1,12%	1,53	2
Canto da Lagoa	128	0,05%	0,07		450	0,18%	0,25		117	0,05%	0,07		695	0,28%	0,39	
Canto do Lamim	41	0,02%	0,02		131	0,05%	0,07		43	0,02%	0,02		215	0,09%	0,12	
Canto dos Araçá	61	0,02%	0,03		189	0,08%	0,11		58	0,02%	0,03		308	0,13%	0,17	
Lagoa	957	0,39%	0,54	1	2826	1,16%	1,58	2	867	0,35%	0,49		4650	1,90%	2,61	3
Praia Mole	19	0,01%	0,01		53	0,02%	0,03		12	0,00%	0,01		84	0,03%	0,05	
Rio Tavares	460	0,19%	0,26		1694	0,69%	0,95	1	382	0,16%	0,21		2536	1,04%	1,42	1
Ribeirão	654	0,27%	0,37		1857	0,76%	1,04	1	1117	0,46%	0,63	1	3628	1,48%	2,03	2
Açores	76	0,03%	0,04		220	0,09%	0,12		105	0,04%	0,06		401	0,16%	0,22	
Armação	276	0,11%	0,15		894	0,37%	0,50	1	356	0,15%	0,20		1526	0,62%	0,86	1
Campeche	1254	0,51%	0,70	1	4077	1,67%	2,29	2	1190	0,49%	0,67	1	6521	2,67%	3,66	4
Morro das Pedras	175	0,07%	0,10		643	0,26%	0,36	1	224	0,09%	0,13		1042	0,43%	0,58	1
Pântano do Sul	278	0,11%	0,16		881	0,36%	0,49	1	358	0,15%	0,20		1517	0,62%	0,85	1
Pedrita	50	0,02%	0,03		239	0,10%	0,13		72	0,03%	0,04		361	0,15%	0,20	
Recanto Açores	58	0,02%	0,03		150	0,06%	0,08		47	0,02%	0,03		255	0,10%	0,14	
Ressacada	198	0,08%	0,11		760	0,31%	0,43	1	170	0,07%	0,10		1128	0,46%	0,63	1
Tapera	993	0,41%	0,56	1	2821	1,15%	1,58	1	786	0,32%	0,44	1	4600	1,88%	2,58	3
Porto da Lagoa	152	0,06%	0,09		571	0,23%	0,32		144	0,06%	0,08		867	0,35%	0,49	
Pedregal	141	0,06%	0,08		383	0,16%	0,21		122	0,05%	0,07		646	0,26%	0,36	
Costeira	1366	0,56%	0,77	1	3418	1,40%	1,92	2	1287	0,53%	0,72	1	6071	2,48%	3,40	4
Carianos	563	0,23%	0,32		1463	0,60%	0,82	1	564	0,23%	0,32		2590	1,06%	1,45	1
Caieira	21	0,01%	0,01		60	0,02%	0,03		40	0,02%	0,02		121	0,05%	0,07	
Base Aérea	49	0,02%	0,03		360	0,15%	0,20		13	0,01%	0,01		422	0,17%	0,24	

BAIRROS	FAIXA ETÁRIA															
	18 - 24				25 - 49				50 - 80				TOTAL			
	ABS.	%	n	n(def.)	ABS.	%	n	n(def.)	ABS.	%	n	n(def.)	ABS.	%	n	n(def.)
Caiacanga	76	0,03%	0,04		309	0,13%	0,17		150	0,06%	0,08		535	0,22%	0,30	
Capivari	1207	0,49%	0,68	1	3502	1,43%	1,96	2	1097	0,45%	0,62	1	5806	2,38%	3,26	4
Moenda	69	0,03%	0,04		215	0,09%	0,12		50	0,02%	0,03		334	0,14%	0,19	
Ratones	128	0,05%	0,07		394	0,16%	0,22		116	0,05%	0,07		638	0,26%	0,36	
Retiro	176	0,07%	0,10		414	0,17%	0,23		158	0,06%	0,09		748	0,31%	0,42	
Saco dos Limões	2134	0,87%	1,20	1	5116	2,09%	2,87	4	2265	0,93%	1,27	1	9515	3,89%	5,33	6
José Mendes	507	0,21%	0,28		1277	0,52%	0,72	1	644	0,26%	0,36		2428	0,99%	1,36	
Sem Especif.	1434	0,59%	0,80		4362	1,79%	2,45		1175	0,48%	0,66		6971	2,85%	3,91	
Total Faixa Etária dos Bairros	50.323	20,59%	28,21	18	136680	55,93%	76,63	92	57363	23,47%	32,16	27	244.366	100%	137	137

Fonte: IBGE (2000)

ANEXO B: Macro-zoneamento atual do Município de Florianópolis



Fonte: IPUF (2002)

ANEXO C: Mapas mentais.

- Orientação:
1. Nesta folha em branco, faça um desenho da sua cidade;
 2. Mostre qual a sua movimentação dentro da cidade;
 3. Indique com uma seta a posição norte.



- Orientação:
1. Nesta folha em branco, faça um desenho da sua cidade;
 2. Mostre qual a sua movimentação dentro da cidade;
 3. Indique com uma **seta** a posição **norte**.

Lauro Linhares

- Orientação:
1. Nesta folha em branco, faça um desenho da sua cidade;
 2. Mostre qual a sua movimentação dentro da cidade;
 3. Indique com uma **seta** a posição **norte**.

Stº Antº do lisboa



- Orientação:
1. Nesta folha em branco, faça um desenho da sua cidade;
 2. Mostre qual a sua movimentação dentro da cidade;
 3. Indique com uma **seta** a posição **norte**.



- Orientação:
1. Nesta folha em branco, faça um desenho da sua cidade;
 2. Mostre qual a sua movimentação dentro da cidade;
 3. Indique com uma seta a posição norte.



- Orientação:
1. Nesta folha em branco, faça um desenho da sua cidade;
 2. Mostre qual a sua movimentação dentro da cidade;
 3. Indique com uma **seta** a posição **norte**.



- Orientação:
1. Nesta folha em branco, faça um desenho da sua cidade;
 2. Mostre qual a sua movimentação dentro da cidade;
 3. Indique com uma seta a posição norte.



- Orientação:
1. Nesta folha em branco, faça um desenho da sua cidade;
 2. Mostre qual a sua movimentação dentro da cidade;
 3. Indique com uma **seta** a posição **norte**.



- Orientação:
1. Nesta folha em branco, faça um desenho da sua cidade;
 2. Mostre qual a sua movimentação dentro da cidade;
 3. Indique com uma seta a posição norte.

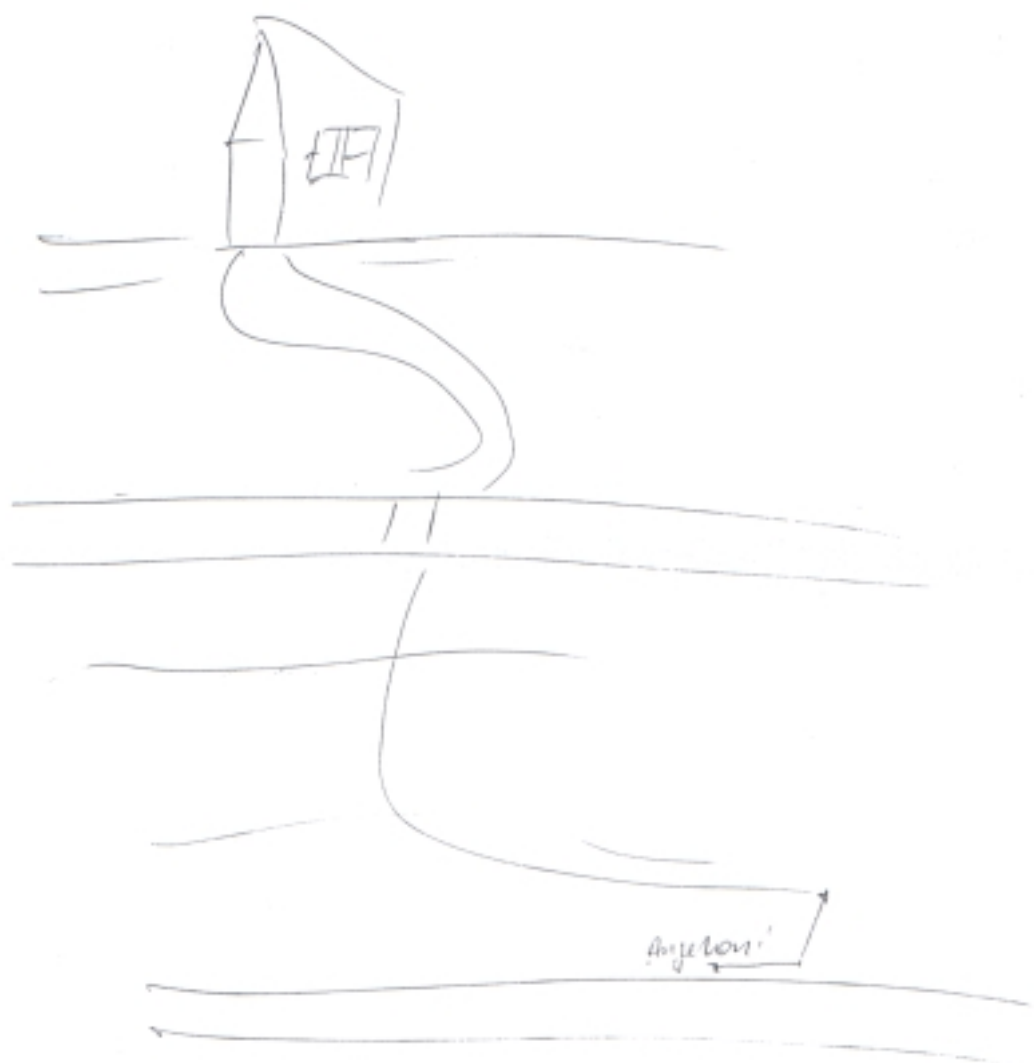


Orientação:

1. Nesta folha em branco, faça um desenho da sua cidade;
2. Mostre qual a sua movimentação dentro da cidade;
3. Indique com uma seta a posição **norte**.



- Orientação:
1. Nesta folha em branco, faça um desenho da sua cidade;
 2. Mostre qual a sua movimentação dentro da cidade;
 3. Indique com uma seta a posição norte.



- Orientação:
1. Nesta folha em branco, faça um desenho da sua cidade;
 2. Mostre qual a sua movimentação dentro da cidade;
 3. Indique com uma seta a posição norte.



- Orientação:
1. Nesta folha em branco, faça um desenho da sua cidade;
 2. Mostre qual a sua movimentação dentro da cidade;
 3. Indique com uma **seta** a posição **norte**.

Não Sei